



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**BRASÍLIA-DF  
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**Unidade Agregada:** Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL

**BRASÍLIA-DF  
MARÇO/2012**

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

**CGU – Controladoria Geral da União**

**CRH – Coordenação de Recursos Humanos**

**DG – Direção Geral**

**DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal**

**DPF – Departamento de Polícia Federal**

**DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial**

**DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**

**DN – Decisão Normativa**

**IN – Instrução Normativa**

**IPL – Inquérito Policial**

**LOA – Lei Orçamentária Anual**

**PAC – Programa de Aceleração do Crescimento**

**PPA – Plano Plurianual**

**PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania**

**SELOG – Setor de Administração e Logística Policial**

**SR/DPF/DF - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal**

**RG – Relatório de Gestão**

**SELOG – Setor de Administração e Logística Policial**

**SETEC - Setor Técnico-Científico**

**SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais**

**SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**

**SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos**

**SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento**

**SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos**

**TCU – Tribunal de Contas da União**

**UG – Unidade Gestora**

**UJ – Unidade Jurisdicionada**

**UO – Unidade Orçamentária**

## LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

Título	Pág.
Figura 01 - organograma	08
Figura 02 – Circunscrição SR/DPF/DF	12
Gráfico I – Inquéritos instaurados, relatados e em andamento – 2011 e 2010	25
Gráficos II e III – Despesas por modalidade de contratação – Tesouro – 2011 e 2010	31
Gráficos IV e V – Despesas por modalidade de contratação – FUNAPOL – 2011 e 2010	32
Gráfico VI – Dispêndios por Natureza de Despesa – TESOIRO – 2011 e 2010	34
Gráfico VII – Dispêndios por Natureza de Despesa – FUNAPOL – 2011 e 2010	35
Quadro A.1.1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual	14
Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0662	19
Quadro A.2.1.2 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750	27
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	28
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	30
Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200338	31
Quadro A.2.11.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200339	32
Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200338	33
Quadro A.2.12.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200339	34
Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200338	35
Quadro A.2.13.2 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200339	36
Quadro A.4.1.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores – UG - 200338	40
Quadro A.4.1.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores - UG - 200339	40
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12	42
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	42
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas - Situação apurada em 31/12	43
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12	43
Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	44
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12	44
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	45
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	45
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2009, 2010 e 2011.	46
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	47
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	48
Quadro A.7.1 – Declaração do contador responsável	51
Quadro. A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	52

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ	53
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	55
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	57
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ	58
Quadro A.13.1 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	60
Quadro A.13.2 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	61
Quadro A.15.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	62
Quadro A.15.4 – Situação das Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	69

## SUMÁRIO

<b>SEÇÃO I.....</b>	<b>8</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA .....</b>	<b>8</b>
<b>SEÇÃO II.....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....</b>	<b>14</b>
<b>SEÇÃO III .....</b>	<b>16</b>
<b>DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>16</b>
<b>ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....</b>	<b>16</b>
2.1) Responsabilidades institucionais .....	16
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	18
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade .....	19
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro .....	29
<b>ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....</b>	<b>40</b>
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores .....	40
4.2) Análise Crítica .....	41
<b>ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....</b>	<b>42</b>
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos .....	42
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	44
5.3) Composição do Quadro de Estagiários .....	45
5.4) Demonstração dos custos de pessoal da UJ .....	45
5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	47
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos .....	50
<b>ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....</b>	<b>51</b>
7. 1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV.....	51
<b>ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....</b>	<b>52</b>
8. 1) Informações sobre declarações de bens e rendas.....	52
8. 2) Análise Crítica .....	52
<b>ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....</b>	<b>53</b>
9. 1) Estrutura de Controles Internos da UJ .....	53
<b>ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....</b>	<b>55</b>
10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	55
<b>ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....</b>	<b>57</b>
11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	57
Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade desta UJ <sup>1</sup> .....	57
11.2) Análise Crítica Sobre a Gestão de Imobilizados sob Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada.....	57
<b>ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....</b>	<b>58</b>
12.1) Gestão de Tecnologia da Informação .....	58
<b>ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....</b>	<b>60</b>
13.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo .....	60
<b>ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....</b>	<b>61</b>
15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	61
15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício .....	61
15.3) Recomendações da CGU atendidas no exercício.....	61
Quadro A.15.4 - Recomendações da CGU pendentes de atendimento ao final do exercício .....	69

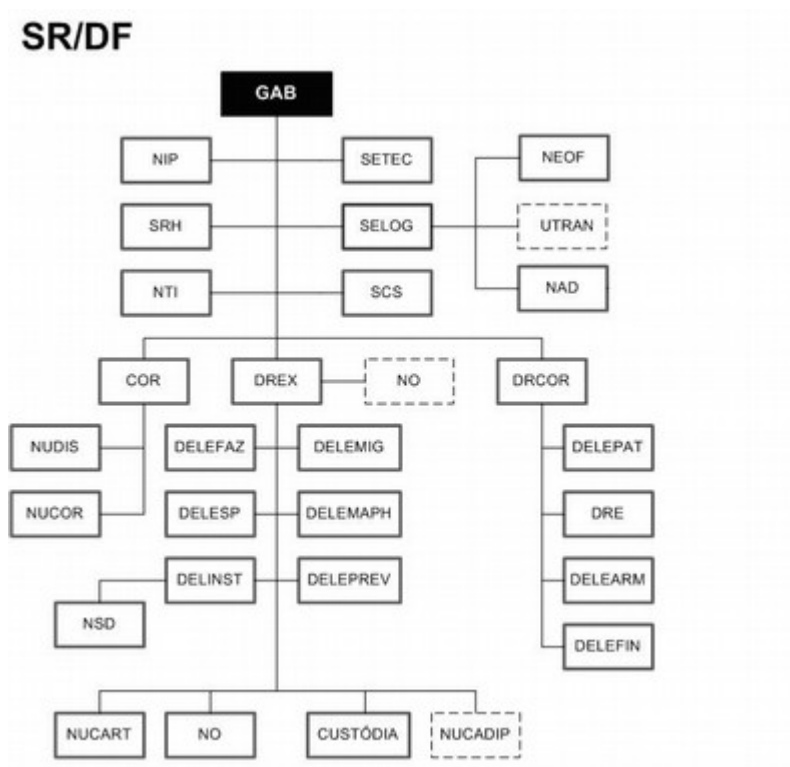
<b>ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....</b>	<b>69</b>
17.1) Outras informações consideradas relevantes pela UJ e dificuldades enfrentadas na gestão ....	69
<b>ITEM 17 DA PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....</b>	<b>80</b>
B.1. Declaração do Contador Responsável .....	80
<b>SEÇÃO IV.....</b>	<b>81</b>
<b>RESULTADOS E CONCLUSÕES.....</b>	<b>81</b>

## SEÇÃO I

### IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal está estruturada em dez (10) Delegacias Especializadas, Setores e Núcleos, conforme organograma funcional apresentado pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal (Portaria MJ nº 3.961, de 24 de novembro de 2009), que para a SR/DPF/DF é o seguinte:

**Figura 01** - organograma



#### I - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – SR:

- a) Núcleo de Inteligência Policial – NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos – SRH;
- d) Setor Técnico-Científico – SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial – SELOG:
  1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF;
  2. Núcleo Administrativo – NAD;
- f) Delegacia Regional Executiva – DREX:



1. Núcleo de Cartório – NUCART;
  2. Núcleo de Operações – NO;
  3. Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG;
  4. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV;
  5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ;
  6. Delegacia de Defesa Institucional – DELINST;
  7. Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP;
  8. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH;
- g) Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR:
1. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – DELEPAT;
  2. Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM;
  3. Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE;
- h) Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR:
1. Núcleo de Disciplina – NUDIS; e
  2. Núcleo de Correições – NUCOR.

Art. 6º A Superintendência Regional no Distrito Federal tem em sua composição, além da estrutura mencionada no art. 5º, o seguinte:

I – Núcleo de Segurança de Dignitários – NSD, subordinado à Delegacia de Defesa Institucional – DELINST;

II – Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros – DELEFIN, subordinada à Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR; e

III – Setor de Comunicação Social – SCS, subordinado ao Superintendente Regional.

Suas atribuições gerais estão definidas na Portaria nº 3.961, de 24 de novembro de 2009, publicada na Seção 1 do DOU nº 225, de 26 de novembro de 2009, quais sejam:

- planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal no âmbito de sua circunscrição;
- administrar a Superintendência Regional, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;

- propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Órgão, no âmbito de sua circunscrição, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais;
- executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento, no âmbito de sua circunscrição;
- promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais;
- adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da SR/DPF/DF.

O artigo 41 do Anexo I da Portaria supra estabelece que as Superintendências Regionais são subordinadas administrativamente ao Diretor-Geral e vinculadas técnica e normativamente às Unidades Centrais. As atribuições do Superintendente Regional encontram-se previstas no art. 35.

## SEÇÃO II

### INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício 2011 tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal (SR/DPF/DF), de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, a Decisão Normativa TCU nº 108/2010, a Portaria TCU nº 123/2011 e as orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma seqüencial, segundo os itens a relacionados na parte A (conteúdo geral, com dezessete itens) e na parte B (informações contábeis da gestão, com um item) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010.

Os quadros referentes à programação orçamentária originária das despesas, previstos na Portaria TCU nº 123/2011, são realizados apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF e não foram incluídos no presente Relatório. A SR/DPF/DF opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação. O quadro II.C.2, assim como os demais quadros previstos na parte C do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108/2010, constarão no Relatório de Gestão do órgão central ao qual esta Unidade se vincula, posto que os dados sobre previsão física e financeira inicial dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada Programa, conforme informações requeridas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN). As informações e quadros (A.5.9, A.5.10 e A.5.11) sobre terceirização de cargos no DPF também serão respondidos de forma centralizada.

Os itens 3, 6, 14 e 16 da Parte A, 18 a 20 da parte B, 21 a 30 da parte C do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional. Convém salientar que a SR/DPF/DF não realiza transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres, posto que tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

Não houve, no exercício em referência, deliberações do TCU atendidas ou pendentes de atendimento por não termos recebido auditoria daquele tribunal em 2011.

Considerando que o Distrito Federal abriga todos os Ministérios e os principais órgãos da administração pública federal - ocupa a região central do país, fazendo divisa com os Estados de Minas Gerais e Goiás, de onde é possível se alcançar todas as regiões por meio rodoviário - está localizado o Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, o terceiro maior aeroporto do Brasil em volume de passageiros; e, possui uma população de aproximadamente 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil), que somados à população dos municípios do Estado de Goiás que pertencem à circunscrição desta Unidade Jurisdicionada, que é de aproximadamente 1.600.000 (um milhão e seiscentos mil) habitantes, esta Superintendência Regional, em razão de extensão territorial e a capacidade operativa (diretamente ligada à quantidade de servidores lotados) concentrou seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho, crime financeiro, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais.

Tais esforços trouxeram como produtos, na maioria dos casos a instauração de Inquéritos Policiais - IPL e/ou a realização de investigações e operações policiais voltadas à execução de nossas competências constitucionais, seja por IPL's instaurados por Portaria ou aqueles resultantes de prisões em flagrantes.

A Portaria nº 2.099/2011-DG/DPF, de 15/02/2011, define no Anexo VII a circunscrição oficial da SR/DF como sendo a seguinte:

## ANEXO VII – DISTRITO FEDERAL

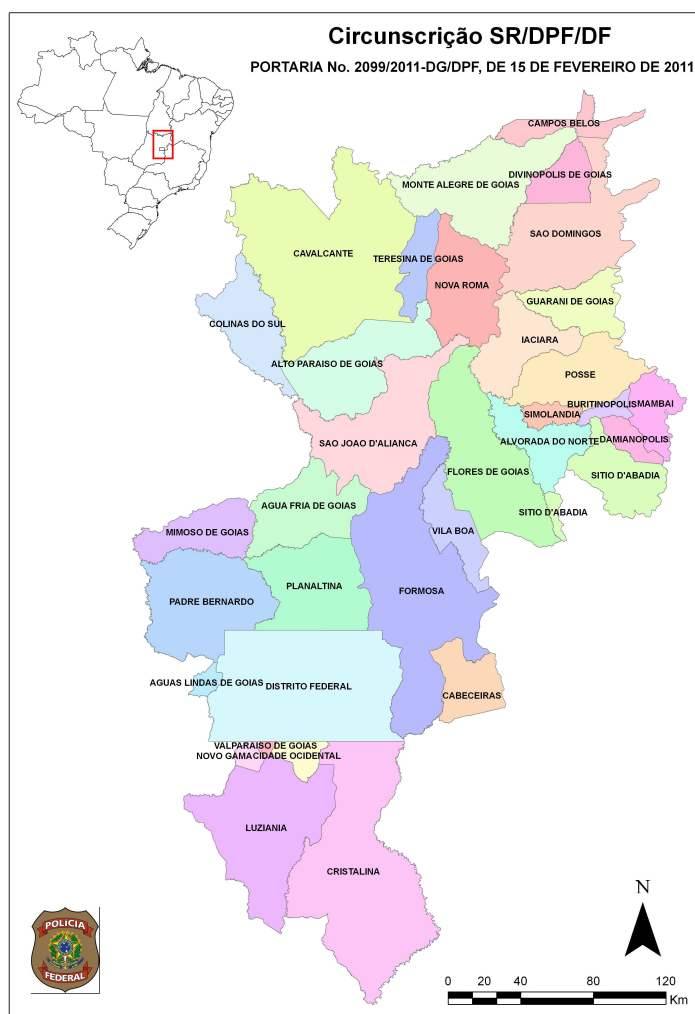
### 7 – Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no DF – SR/DPF/DF

- CIRCUNSCRIÇÃO: 33 municípios

- SEDE: BRASÍLIA

Água Fria de Goiás/GO, Águas Lindas de Goiás/GO, Alto Paraíso de Goiás/GO, Alvorada do Norte/GO, Buritinópolis/GO, Cabeceiras/GO, Campos Belos/GO, Cavalcante/GO, Cidade Ocidental/GO, Colinas do Sul/GO, Cristalina/GO, Damianópolis/GO, Divinópolis de Goiás/GO, Flores de Goiás/GO, Formosa/GO, Guarani de Goiás/GO, Iaciara/GO, Luziânia/GO, Mambaí/GO, Mimoso de Goiás/GO, Monte Alegre de Goiás/GO, Nova Roma/GO, Novo Gama/GO, Padre Bernardo/GO, Planaltina/GO, Posse/GO, São Domingos/GO, São João d'Aliança/GO, Simolândia/GO, Sítio d'Abadia/GO, Teresina de Goiás/GO, Valparaíso de Goiás/GO, Vila Boa/GO e Brasília

**Figura 02 – Circunscrição SR/DPF/DF**



Foram priorizadas na SR/DPF/DF, em 2011, ações de combate ao crime organizado, ao contrabando e descaminho, ao tráfico de drogas e armas, fraude a licitações, lavagem de dinheiro, entre outros delitos.

As principais dificuldades para realização dos objetivos dessa Unidade Jurisdicionada recaíram, em geral, nas limitações orçamentárias, a exemplo do Decreto nº 7446/2011, estabelecendo limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, cujos impactos repercutiram, sobretudo, nas áreas de atuação institucional.

Os planos e projetos para o exercício de 2012 perpassam por medidas de otimização dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das Delegacias, núcleos, setores e demais unidades desta Regional, assegurando mais equipamentos e pessoal, buscando prover condições de trabalho mais adequadas, para o cumprimento das suas missões.

**ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**

**Quadro A.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual**

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça		<b>Código SIORG:</b> 316	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal			
<b>Denominação abreviada:</b> Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DPF/DF			
<b>Código SIORG:</b> 01137	<b>Código LOA:</b> Não se aplica	<b>Código SIAFI:</b> 200338	
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública		<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(61) 2024-7506	(61) 2024-7653	(61) 2024-7798
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:gab.srdf@dpf.gov.br">gab.srdf@dpf.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.dpf.gov.br/institucional/pf-pelo-brasil/superintendencia-no-distrito-federal">http://www.dpf.gov.br/institucional/pf-pelo-brasil/superintendencia-no-distrito-federal</a>			
<b>Endereço Postal:</b> SAIS Quadra 07 Lote 23 – Setor Policial Sul Brasília-DF CEP: 70.610-902			
<b>Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
<b>SR/DF:</b>			
Criação: Portaria nº 1.389 do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal de 23 de outubro de 1970 – Criada como Subdelegacia Regional no Distrito Federal, iniciando seu funcionamento em 16 de novembro de 1970, e implantada como Superintendência Regional/DF, em 19 de junho de 1972.			
- <b>FUNAPOL:</b> - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Decreto nº 6.061, de 15/03/2007.			
- Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o Regimento Interno do DPF.			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15/06/2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia federal e as atribuições de seus dirigentes -alterada pela IN Nº 17/08-DG/DPF; -alterada pela IN Nº 39/2010-DG/DPF.			
- Portaria nº 2.099/2011-DG/DPF, de 15/02/2011, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
- Publicação da Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico (intranet.dpf.gov.br/srdf), a partir do dia 16 de novembro de 2011 Dia do Policial Federal. O referido instrumento foi publicado a fim de promover a divulgação dos serviços mais relevantes prestados ao público interno pela área de recursos humanos da PF, bem como proporcionar conhecimento dos demais serviços e processos disponíveis dentro do órgão que são de interesse do servidor. A iniciativa facilitará o acesso do usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de			

Serviços ao Servidor é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL); Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio); Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP); Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal); Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio); Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros); Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada); Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social); Lei 9.017/1995 (Segurança Privada); Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas); Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos); Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual); Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República); Lei nº 10.826/2003 (SINARM); Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Polícia Civil do DF em DFSP); Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP); Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte); Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);

**Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas**

Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
200338	Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal (Tesouro)
200339	Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal (Funapol)

Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200338	00001
200339	00001

### SEÇÃO III

#### DESENVOLVIMENTO

##### ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

###### 2.1) Responsabilidades institucionais

###### 2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas receitas, como unidades gestoras, a exemplo da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente, a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra a nação indígena, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precusores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras ( Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004); Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Regional do DPF no Distrito Federal exerce todas as atividades supracitadas, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

###### 2.1.2) Objetivos estratégicos



Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Considerando a revisão do Plano Estratégico de 2007/2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, foi aprovada a revisão do planejamento estratégico da Polícia Federal, para o período de 2010-2022, ora representado por três instrumentos:

- Plano Estratégico, composto por:
  - I - Histórico;
  - II - Negócio;
  - III - Missão;
  - IV - Visão;
  - V - Valores;
  - VI - Fatores Críticos de Sucesso;
  - VII - Políticas Corporativas;
  - VIII - Macro Objetivos;
  - IX - Objetivos Institucionais; e
  - X - Ações Estratégicas.
  
- Portfólio Estratégico, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal, é composto de:
  - I - Objetivos Institucionais; e
  - II - Ações Estratégicas.
  
- Mapa Estratégico, composto de:
  - I - Missão;
  - II - Visão;
  - III - Perspectivas;
  - IV - Macro Objetivos;
  - V - Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e
  - VI - Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

As Perspectivas acima referidas (inciso III) devem ser compreendidas na seguinte ordem:

- I – Orçamento e Finanças;
- II – Aprendizado e Crescimento;
- III – Processos Internos; e
- IV – Clientes e Resultados.

Nesse sentido, para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico:

**a) Fortalecer a cultura de gestão estratégica**

Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

**b) Valorizar o Servidor**

Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

- c) Reduzir a Criminalidade**  
Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.
- d) Promover a Cidadania**  
Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.
- e) Incrementar os Acordos e Parcerias**  
Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.
- f) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais**  
Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.
- g) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação**  
Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.
- h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico**  
Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

## 2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

### 2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011

A Superintendência Regional do DPF no DF atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças, órgãos de governo das três esferas, esta Regional busca ações coordenadas.

Por sua localização na capital do país, sede de centenas de embaixadas, destaca-se a atuação do Núcleo de Segurança de Dignitários – NSD que tem registrado crescimento substancial de suas atividades nos últimos anos, devido a uma maior importância do Brasil no contexto internacional. No âmbito nacional, temos registrado um crescimento expressivo de eventos promovidos pelo governo Brasileiro ou por instituições Estrangeiras sediadas no país.

Seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2011, as ações previstas na Lei Orçamentária Anual, bem com a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional do DPF no Distrito Federal atuou fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao contrabando e descaminho, ao tráfico de drogas e armas, fraude a licitações, lavagem de dinheiro, entre outros delitos.

O atendimento ao cidadão mereceu especial atenção, com esforços voltados para aperfeiçoar os meios para a obtenção de passaportes e certidões, em prazos mais curtos, bem como assegurar melhorias na recepção dos aeroportos e no atendimento a estrangeiros. Prosseguiu-se a campanha

do desarmamento, sendo recebidos diversos tipos de armas, efetuando-se cadastro e confecção de registros e portes.

## 2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011

Ressaltam-se, em breve síntese, algumas das Operações de caráter permanente instituídas pelo órgão Central, atendendo ao seu Plano Estratégico de médio e longo prazo: a Operação Sentinela, objetivando prevenir e reprimir crimes transnacionais com os países vizinhos, como Argentina e Uruguai e a Operação Arco de Fogo, com foco à repressão desmatamento ilegal em regiões da Amazônia e crimes contra a fauna e flora brasileiras.

Foi dada continuidade à política de realizar ações conjuntas e a interlocução com outros Órgãos do Governo na esfera Federal, Estadual e Municipal. Assim, foram desenvolvidos trabalhos de inteligência, troca de informações e experiências, além das operações propriamente ditas, o que possibilitou êxito de diversos trabalhos desencadeados.

Demais informações constam do ITEM 17.

## 2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

### 2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Seguem adiante quadros demonstrativos contendo análise pormenorizada dos dados referentes à execução de Programas e Ações de Governo sob responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada.

#### 2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, bem como ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, houve execução orçamentária de ações do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro A.2.1.1 - Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

<b>Identificação do Programa de Governo</b>	
<b>Código no PPA:</b> 0062	<b>Denominação:</b> Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça	
<b>Objetivos Específicos:</b> Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes	

sob a competência da União						
<b>Gerente:</b> Não informado						
<b>Responsável pelo Programa na UJ:</b> Silvana Helena Vieira Borges						
<b>Público-alvo (beneficiários):</b> Sociedade						
<b>Informações orçamentárias e financeiras do Programa</b>						<b>Em R\$ 1,00</b>
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica*		1.585.689,10	1.301.282,49	284.406,61	1.301.282,49	
<b>Informações sobre os resultados alcançados</b>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Conclusão de IPLs na SR/DPF/DF	31/12/2006	63,60	80	>80%	98%
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
Metodologia: Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais da Unidade Jurisdicionada no exercício de 2011 e o total de inquéritos policiais instaurados nessas unidades em 2011 (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Quanto maior o índice (superior a 80%), melhor.						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						
Todos os esforços são dirigidos para manter o índice acima dos 100% na UJ, para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento. As ações de correção, melhoria e adequação dos processos, e o esforço da Administração foram os fatores decisivos para o avanço. Desta forma, na média global, o índice foi superior ao esperado que era de 80%, demonstrando aumento da trajetória descendente no número total de inquéritos e o devido cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual 2008-2011.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Tempo médio para a conclusão de inquéritos (flagrante)	01/01/2006 a 31/12/2006	79	70	70	463
3	Tempo médio para a conclusão de inquéritos (portaria)	01/01/2006 a 31/12/2006	79	70	70	138
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						

Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Os números refletem o tempo MÉDIO, em dias, que as autoridades levaram para concluir os IPL's da unidade, desde a instauração até o relatório (excluem-se as cotas).

**Metodologia:** O tempo para conclusão do IPL da unidade, em determinado ano, é a data do relatório subtraída da data da instauração, menos os períodos de movimentação externa. Quanto menor o índice, melhor.

**Exemplo:** O IPL nº 555/2005 foi relatado em 05/05/2010. Foi instaurado em 05/05/2005. Teve 10 remessas à JF ou MPF, totalizando 500 dias fora do DPF. O tempo entre a instauração e o relatório foi de 1.826 dias (05/05/2010 - 05/05/2005) - 500 dias = 1.326 dias. Tempo para conclusão do IPL nº 555/2005: 1.326 dias.

#### Análise do Resultado Alcançado:

O indicador supra não possibilita apurar a realidade do que ocorre, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor, não permitindo uma exata mensuração da produtividade. O índice foi previsto para o Órgão, de forma global.

Código	Tipo <sup>1</sup>	Descrição da Ação
2586	A	Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: Corregedoria Geral (SINPRO)/DPF e SIGPLAN

\*As Superintendências Regionais do DPF operam apenas na execução orçamentária e financeira das ações. Não há dotação orçamentária específica por Programa. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

### Análise Crítica

Em 2011, na Unidade Gestora Funapol, o Departamento de Polícia Federal teve sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, previstas no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, essencialmente, o seguinte programa de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade (0662). Esse Programa abrange atividades de: sistema de emissão de passaporte e de controle do tráfego internacional, fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos; ações de caráter sigiloso na área de segurança pública; prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União; e capacitação de seus servidores em processo de qualificação e requalificação.

Houve também execução orçamentária do Programa de Apoio Administrativo (0750), que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrangendo a administração da Unidade, nela incluindo as atividades afins à área, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

<sup>1</sup> Tipo de Ação: A – Atividade; P – Projeto; OP – Operação Especial

Com relação ao Programa 0750, por se tratar de Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais, voltado aos serviços típicos da Administração, ao planejamento, à coordenação, à avaliação ou ao controle de programações finalísticas, resultando em bens ou serviços ofertados à própria Administração, composto inclusive por despesas de natureza tipicamente administrativas, não são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores no SIGPLAN. O Programa 0089 também não possui indicadores ou responsáveis locais e são acompanhados pelo Órgão Central.

Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo, bem como informações adicionais sobre o desempenho da SR/DPF/DF, encontram-se nos itens 2.4.2.2.3 e 17 do presente Relatório de Gestão.

#### 2.3.1.1.1 – Ação 2586 - Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional

##### Execução Financeira da Ação 2586 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2586	23.540,00	23.540,00	0,00	23.540,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Na área de Migração, é digno de registro, desde agosto de 2009, a finalização da implementação do passaporte brasileiro dentro dos padrões internacionais, com 18 elementos de segurança. Desta forma, o governo brasileiro cumpre, no território nacional, o compromisso constante do Documento nº 9303 da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI (ou, em inglês, *International Civil Aviation Organization - ICAO*), agência especializada da Organização das Nações Unidas - ONU. Dessa forma, hoje todos os postos emissores da Polícia Federal no território brasileiro expedem o novo passaporte comum com padrão internacional.

A importância do novo Sistema Nacional de Passaportes vai além do cumprimento de um compromisso internacional do Brasil, constituindo-se em verdadeiro benefício para o cidadão brasileiro portador do novo documento de viagem. Com o passaporte no padrão da OACI, o nacional tem mais confiabilidade, segurança e agilidade nas suas viagens ao estrangeiro.

O montante gasto em 2011 nesta ação refere-se à aquisição de impressoras que irão compor o novo kit para emissão de passaporte a serem distribuídas nas unidades da DELEMIG.

Não houve execução orçamentária nesta ação em 2010.

#### 2.3.1.1.2 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

##### Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2679	279.700,61	0,00	279.700,61	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

## Considerações

A ação supra tem a finalidade de fiscalizar as organizações envolvidas com a cadeia produtiva que envolve precursores químicos e combater o comércio ilegal desses produtos.

No Distrito Federal está situada a Divisão de Controle de Produtos Químicos – DCPQ, ligada à Coordenação-Geral de Polícia de Repressão a Entorpecentes – CGPRE, órgão central do DPF, que realiza as atividades de fiscalização e controle definidas nesta Ação.

O dispêndio acima foi uma descentralização de crédito que a Diretoria de Combate ao Crime Organizado – DICOR efetuou para a SR/DF visando a aquisição de material de consumo para atender aquela diretoria e todas as bases do Grupo de Investigações Sensíveis – GISE, da CGPRE/DICOR, conforme solicitado no Ofício nº 6934-A/2011-DICOR/DPF, de 08/12/2011. Para tanto, foi utilizado o Pregão Eletrônico nº 04/2011.

### 2.3.1.1.3 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

#### Execução Financeira da Ação 2720 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2720	34.975,91	34.975,91	0,00	34.975,91

Fonte: SIAFI GERENCIAL

## Considerações

Os recursos acima desta ação foram executados, primordialmente por meio de Suprimento de Fundos, para realização de diversos trabalhos e operações de inteligência policial diretamente ligados à atuação da Superintendência da Polícia Federal no desempenho de suas competências constitucionais.

Em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na consecução das ações de inteligência das respectivas operações policiais aprovadas e no pagamento de despesas diversas que exigem sua pronta quitação e não podem esperar o procedimento ordinário de execução, conforme previsão legal. Várias operações policiais fazem uso de recursos oriundos do Plano de Ação de Caráter Sigiloso.

Cabe ressaltar que a utilização do suprimento sigiloso subsidia as ações de repressão ao tráfico de entorpecentes, armas e combate à lavagem de dinheiro (no âmbito das Delegacias vinculadas à DRCOR), combate ao contrabando e ações deletérias ao meio ambiente (no âmbito das Delegacias vinculadas à DREX).

Os recursos humanos envolvidos na ação foram os que trabalharam diretamente com as operações de caráter sigiloso. Parcerias com outros Órgãos de Segurança Pública de todas as esferas do Poder e ações integradas de diversos setores de investigação policial da SR/DF nos trabalhos foram fatores que contribuíram para a melhoria dos resultados desejados, ou seja, o desencadeamento de operações policiais.

No desenvolvimento das atividades de inteligência, no decorrer de 2011, visando apoiar

as diversas operações ordinárias de toda a Superintendência Regional e ainda em colaboração com outros órgãos de inteligência do DPF e outras organizações, foram elaborados 27 Relatórios de Inteligência, 40 Pedidos de Inteligência e 18 Informações Policiais. Ressalte-se que a maioria dos documentos produzidos, devido a sua natureza, são classificados como confidenciais.

#### 2.3.1.1.4 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

##### Execução Financeira da Ação 2726 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2726	1.226.312,98	1.226.312,98	0,00	1.226.312,98

Fonte: SIAFI GERENCIAL

### Considerações

O desenvolvimento dos trabalhos de investigação policial, das atividades de polícia judiciária e administrativa desta Superintendência Regional, está baseado na utilização recursos orçamentários desta Ação.

As atividades nesta Ação são desenvolvidas por todas as Delegacias da Superintendência, responsáveis pelas ações finalísticas de nossas competências constitucionais e ainda no Setor Técnico Científico.

No ano de 2011, esta Superintendência realizou 26 operações policiais, onde se destacam a Operação Perfídia, que combateu fraudes no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região tendo sido cumprido 08 mandados de busca e efetuado 5 prisões temporárias. O valor estimado das fraudes somaram R\$ 11 milhões.

A atuação na fiscalização de passageiros e cargas no Aeroporto Internacional de Brasília, ainda hoje o terceiro terminal brasileiro em fluxo de passageiros, aproximadamente 14.023.000 mantendo o um aumento de mais de 10% em relação ao ano anterior, foi intensificada e como resultado foram apreendidos aproximadamente 42 Kg de cocaína e 7.400 comprimidos de ecstasy. Além disso foram efetuadas 30 prisões em flagrante, 89.554 passaportes emitidos, além de outras atividades como emissão de carteira de estrangeiros, repatriações, expulsões, traslado de cadáveres etc.

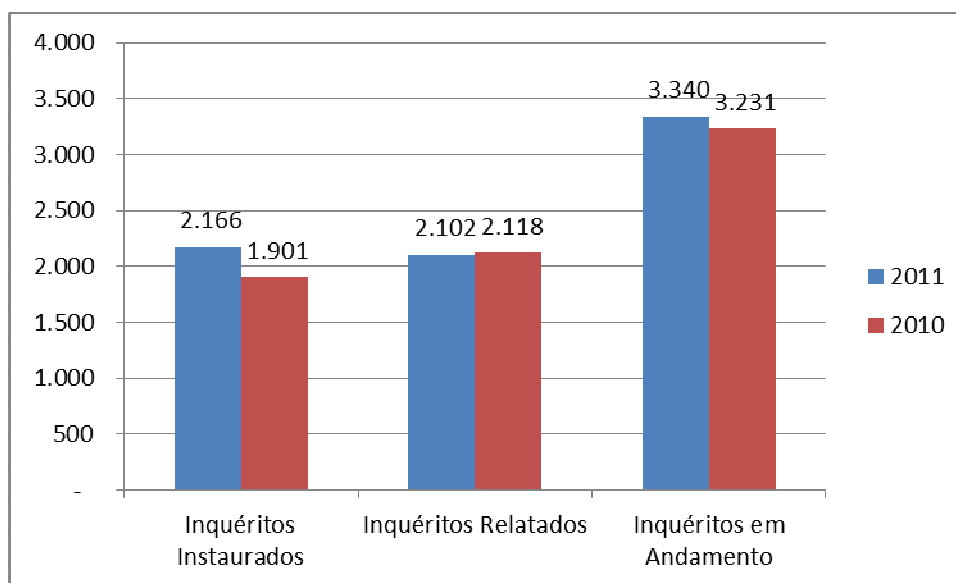
Com relação às operações de segurança de dignitários em 2011, foram realizadas 87 operações em 2010, o que demandou a utilização de aproximadamente 450 policiais nessas operações, com destaque para a visita do Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, que demandou a presença de 140 policiais e 25 viaturas.

O Setor Técnico-Científico emitiu 1.420 (mil quatrocentos e vinte) laudos, mantendo a média do último exercício na produção de prova para compor os inquéritos policiais, além de 08 (oito) chamadas por suspeita de artefato explosivo e 56 (cinquenta e seis) varreduras.

A quantidade de Inquéritos Policiais- IPL's instaurados aumentou em cerca de 13% atingindo 2.166 contra 1.901 em 2010 ao tempo que o número de IPL's relatados manteve-se praticamente estável, passando de 2.118 no exercício anterior para 2.102 em 2011. Como o número de IPL's instaurados aumentou e o número de inquéritos relatados permaneceu estável, o número de inquéritos em andamento teve um ligeiro aumento não prejudicando o bom andamento da unidade.



**Gráfico I – Inquéritos Policiais instaurados, relatados e em andamento – 2011 e 2010**



2.3.1.1.5 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
4572	21.159,60	16.453,60	4.706,00	16.453,60

Fonte: SIAFI GERENCIAL

**Considerações**

A ação retromencionada tem a finalidade de formar e aprimorar os recursos humanos do órgão.

Foi feito levantamento prévio das necessidades de treinamento e capacitação de servidores desta Unidade para o período 2011. Os recursos descentralizados nesta ação somaram R\$ 21.159,60, representando um decréscimo em relação ao exercício anterior, sobretudo porque alguns cursos foram realizados em modo não presencial.

Assim, destaca-se a proveitosa parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e DTCOM, na qual vários servidores puderam realizar cursos em 2011, participando por meio de ações de Educação e Ensino à Distância – EAD, integrantes do PRONASCI, contando com 308 participantes, no 21º, 22º e 23º ciclos. Trata-se de uma parceria que gerou bons resultados, pois consistem em cursos voltados para a área de segurança pública, que não demandam altos custos para a Unidade. São necessários apenas terminais de computador conectados à internet e dedicação de tempo do servidor.

O Núcleo de Armamento e Tiro da SR/DPF/DF também promoveu treinamentos específicos na área do saber policial, contribuindo para aprimorar as metodologias de ação da Polícia Federal no tocante ao manuseio de armamento - a serviço, em cursos de capacitação ou em ocasiões diversas.

Ações de capacitação realizadas na Unidade em 2011

<b>CURSO</b>	<b>AREA DE ATUAÇÃO (fim/meio)</b>	<b>SERVIDORES BENEFICIADOS</b>	<b>PERIODO</b>	<b>VALOR TOTAL R\$</b>
Curso para obtenção de Carteira Nacional de Habilitação – CNH C	FIM	06	2011	3.600,00
A Nova Planilha de Custos e Preços da IN n°. 02/08 de acordo com as alterações da Portaria n°. 07/11	MEIO	02	25 a 27/07	5.560,00
VI Congresso Brasileiro de Pregoeiros	MEIO	02	21 a 24/03	5.780,00
A Fiscalização para Prevenção da Responsabilidade Trabalhista nos Contratos de Terceirização da Administração Pública	MEIO	05	17 a 19/10	11.120,00
Pós Graduação em Psicopedagogia Clínica Institucional	MEIO	01	NOV/2011 a JULHO 2013	2.640,00
Pós Graduação em Docência do Ensino Superior	MEIO	01	NOV/2011 a JULHO 2013	2.520,00
Ensino a Distancia – PRONASCI/SENASP/DTCOM 21º, 22º e 23º ciclos da Rede EAD .	MEIO/FIM	308	2011	N/A
Sistema DW-SIASG - informações gerenciais sobre compras governamentais	FIM	16	AGOSTO	N/A
I Treinamento em Procedimentos Disciplinares da SR/DPF/DF	FIM	30	OUTUBRO	N/A
O treinamento do SISCART	FIM	42	OUTUBRO	N/A
O treinamento para uso do sistema E-LOG	MEIO/FIM	50	DEZEMBRO	N/A
O treinamento do Cintepol - ferramenta I12 e Sistema Guardião	FIM	14	DEZEMBRO	N/A
Os cursos de idiomas realizados presencialmente neste Telecentro, instituídos e certificados pela ANP – PRIMEIRO	MEIO/FIM	77	FEVEREIRO A JULHO	N/A

SEMESTRE				
Os cursos de idiomas realizados presencialmente neste Telecentro, instituídos e certificados pela ANP – SEGUNDO SEMESTRE	MEIO/FI M	57	AGOSTO A DEZEMBRO	N/A

Fonte: Equipe de Treinamento e Desenvolvimento da SR/DPF/DF

### 2.3.1.2 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

#### Quadro A.2.1.2 – Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750			Denominação: Apoio Administrativo		
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral: Não informado					
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.					
Gerente de Programa: Não informado					
Responsável pelo Programa na UJ: Silvana Helena Vieira Borges					
Público-alvo (beneficiários): Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica		7.289.449,92	6.036.581,55	1.252.868,37	6.036.581,55
Informações sobre os resultados alcançados: Constantes nas considerações sobre a execução da ação realizada					
Código	Tipo <sup>2</sup>	Descrição da Ação			
2000	A	Administração da Unidade			
2012	A	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados			

Fonte: SIGPLAN

<sup>2</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

### 2.3.1.3.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

#### Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade Gestora Tesouro

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2000	7.289.449,92	6.036.581,55	1.252.868,37	6.036.581,55

Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade Gestora Funapol

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2000	10.560,45	10.560,45		10.560,45

Fonte: SIAFI GERENCIAL

### Considerações

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações ou programa finalístico. Essas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados; contratação de pessoal de tecnologia da informação, vigilância, recepcionistas, limpeza e conservação, copeiragem e manutenção predial; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); insumos e demais atividades necessárias à gestão e administração da Superintendência. Os recursos humanos e materiais envolvidos nesta Ação são os diretamente envolvidos na atividade de suporte da Unidade.

### 2.3.2 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

As metas físicas e financeiras estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, constantes no SIGPLAN, são aquelas consolidadas para todo o DPF e acompanhadas pelo Gerente Executivo do seu respectivo Programa, as quais constarão em Relatório específico do Órgão Central. Sendo assim, os dados discriminados no quadro adiante são aqueles disponíveis nesta Unidade Jurisdicionada, consolidados pelos setores responsáveis.

Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela Unidade

UG	Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação <sup>1</sup>	Prioridade <sup>2</sup>	Unidade de Medida	Meta <sup>3</sup> prevista	Meta <sup>3</sup> realizada	Meta <sup>3</sup> a ser realizada em 2011
200338	06	122	0750	2000	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	125	0662	2586	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
200339	06	125	0662	2679	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	183	0662	2720	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	181	0662	2726	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a

UG	Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação <sup>1</sup>	Prioridade <sup>2</sup>	Unidade de Medida	Meta <sup>3</sup> prevista	Meta <sup>3</sup> realizada	Meta <sup>3</sup> a ser realizada em 2011
	06	128	0662	4572	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	122	0750	2000	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a

Fonte: SIAFI GERENCIAL

<sup>1</sup> Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

<sup>2</sup> Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

<sup>3</sup> O campo preenchido com o código “NA” – Não se Aplica. Seguiu-se a orientação da CGU para a hipótese de que UJ opere apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

## Análise Crítica

**Cumprimento das metas físicas:** Foi cumprida a maior parte das metas físicas previstas para esta Jurisdicionada, as quais serão objeto de avaliação pormenorizada pelo Órgão Central.

### 2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

#### 2.4.1) Programação orçamentária da despesa

A programação orçamentária desta Unidade Gestora está vinculada à programação do Órgão Central de Orçamento e Finanças da Polícia Federal – COF/DLOG/DPF, que propõe a dotação orçamentária do Departamento de maneira total e única para integrar a proposta orçamentária do Ministério da Justiça. É também a COF/DLOG/DPF que acompanha a inclusão da proposta na PLOA e os valores aprovados e acolhidos na LOA, assim como a proposição ao Ministério da Justiça, de abertura de créditos (suplementares, especiais e extraordinários) de acordo com LDO e LOA.

Como ação administrativa decorrente da definição do orçamento do DPF, a Coordenação de Orçamento e Finanças propõe ao Diretor-Geral, o estabelecimento de Cotas Orçamentárias de Custeio para todas as Unidades Gestoras do DPF, e o Dirigente Máximo as estabelece anualmente para a execução do orçamento.

Assim a proposta orçamentária do DPF leva em consideração os limites orçamentários de custeio estabelecidos para cada unidade que compõe a sua estrutura, para as principais naturezas de despesas de custeio, como: Diárias, Material de Consumo, Passagens e Despesas com locomoção, Outros Serviços – Pessoa Física, Locação de Mão-de-obra e Outros Serviços – Pessoa Jurídica.

Para o ano de 2011 as cotas orçamentárias de custeio foram estabelecidas pela Portaria nº 1989/10-DG/DPF de 30 de novembro de 2010, conforme quadro abaixo reproduzido:

**SUPERINTENDÊNCIA REG.DEP.POLÍCIA FEDERAL – DF**

UG	PI	ND	VALOR	
200338	702T-11	339014	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	250.000,00
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	560.000,00
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	480.000,00
		339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	5.000,00
		339037	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	3.800.000,00
		339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	3.000.000,00
		<b>sub-total – Tesouro</b>	<b>8.095.000,00</b>	
200339	363F-11	339014	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL (Atividades Operacionais)	1.100.000,00
	351F-11	339014	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL (Atividades Sigilosas)	20.000,00
			<b>sub-total – Funapol</b>	<b>1.120.000,00</b>
		<b>Total</b>	<b>9.215.000,00</b>	

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
<b>Departamento de Polícia Federal</b>	<b>30108</b>	<b>200338</b>
<b>Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL</b>	<b>30909</b>	<b>200339</b>

Como exposto acima, em realidade a dotação orçamentária da unidade é definida pela Direção-Geral do DPF, por intermédio da Coordenação de Orçamento e Finanças. No exercício de 2011, a previsão orçamentária (dotação), que internamente tratamos de cotas orçamentárias, para as despesas correntes de custeio, nos elementos de despesas mais impactantes na execução, foi suficiente para que a gestão desses créditos se desenvolvesse adequadamente, sem que fossem necessários sacrifícios, acima dos normalmente realizados, para que todos os compromissos assumidos e a maior parte das demandas fossem atendidas.

Assim no exercício de 2011, foi possível à SR/DF, efetivar uma gestão austera e responsável dos recursos públicos a nós destinados, com o alcance de economia em praticamente todas as despesas de custeio, em um patamar médio de 12%, em relação à previsão (dotação) estabelecida, sem que as atividades normais da superintendência fossem prejudicadas.

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Esta unidade não executa créditos orçamentários originários, portanto os dados e análises para este item não se aplicam.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Unidade Jurisdicionada por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

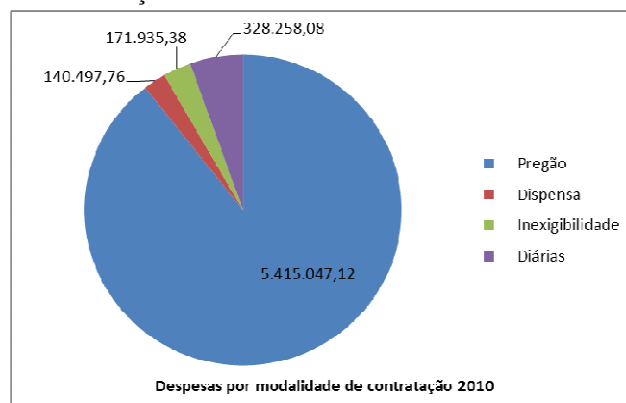
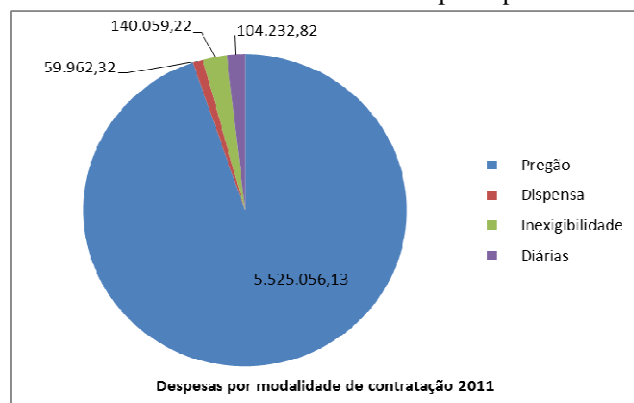
Quadro A.2.11.1 Despesas por Modalidade de Contratação UG TESOURO -  
200338

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>	<b>5.525.056,13</b>	<b>5.415.047,12</b>	<b>5.525.056,13</b>	<b>5.415.047,12</b>
Convite		0,00		0,00
Tomada de preços		0,00		0,00
Concorrência		0,00		0,00
Pregão	5.525.056,13	5.415.047,12	5.525.056,13	5.415.047,12
Concurso		0,00		0,00
Consulta		0,00		0,00
<b>Contratações Diretas</b>	<b>200.021,54</b>	<b>312.433,14</b>	<b>200.021,54</b>	<b>312.433,14</b>
Dispensa	59.962,32	140.497,76	59.962,32	140.497,76
Inexigibilidade	140.059,22	171.935,38	140.059,22	171.935,38
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos				
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>104.232,82</b>	<b>328.258,08</b>	<b>104.232,82</b>	<b>328.258,08</b>
Pagamento em Folha				
Diárias	104.232,82	328.258,08	104.232,82	328.258,08
<b>Outras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

Gráficos II e III – Despesas por modalidade de contratação – Tesouro – 2011 e 2010



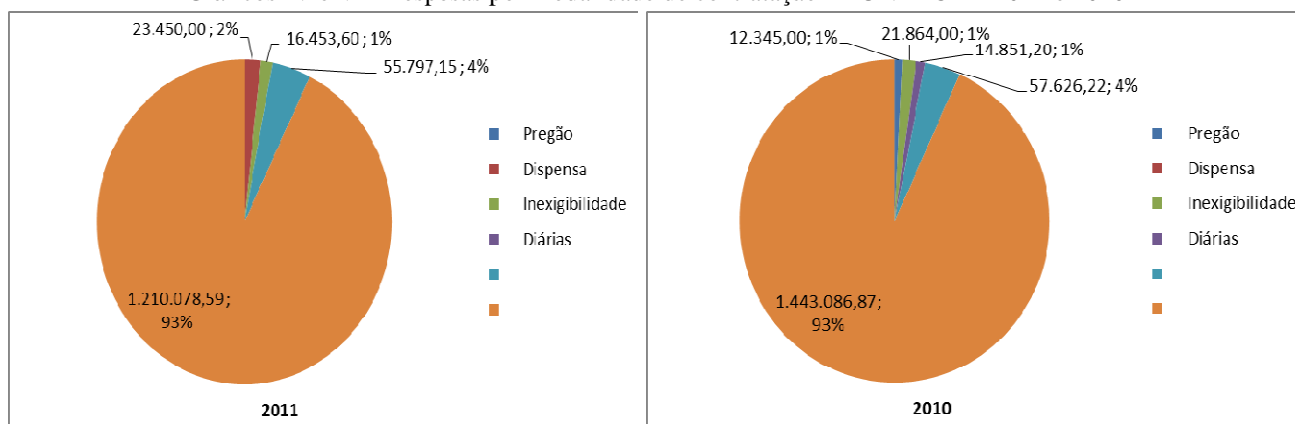
Quadro A.2.11.2 Despesas por Modalidade de Contratação UG FUNAPOL - 200339

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>	<b>23.540,00</b>	<b>12.345,00</b>	<b>23.540,00</b>	<b>12.345,00</b>
Convite		12.345,00		12.345,00
Tomada de preços				
Concorrência				
Pregão	23.540,00		23.540,00	
Concurso				
Consulta				
<b>Contratações Diretas</b>	<b>16.453,60</b>	<b>36.715,20</b>	<b>16.453,60</b>	<b>36.715,20</b>
Dispensa	16.453,60	21.864,00	16.453,60	21.864,00
Inexigibilidade		14.851,20		14.851,20
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>55.797,15</b>	<b>57.626,22</b>	<b>55.797,15</b>	<b>57.626,22</b>
Suprimento de Fundos	55.797,15	57.626,22	55.797,15	57.626,22
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>1.210.078,59</b>	<b>1.433.086,87</b>	<b>1.210.078,59</b>	<b>1.433.086,87</b>
Pagamento em Folha				
Diárias	1.210.078,59	1.443.086,87	1.210.078,59	1.443.086,87
<b>Outras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

Gráficos IV e V – Despesas por modalidade de contratação – FUNAPOL – 2011 e 2010





2.4.2.2.2) Despesas Correntes dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos  
UG TESOIRO – 200338

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1-Despesas de Pessoal</b>								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>6.991.199,48</b>	<b>6.785.225,77</b>	<b>5.996.112,85</b>	<b>5.816.402,90</b>	<b>981.299,96</b>	<b>968.822,87</b>	<b>5.996.112,85</b>	<b>5.816.402,90</b>
14 Diárias - Pessoal Civil	104.232,82	178.000,00	104.232,82	175.768,28		2.231,72	104.232,82	175.768,28
30 Materiais De Consumo	792.081,47	705.898,52	611.763,24	556.327,32	180.318,23	149.571,20	611.763,24	556.327,32
33 Passagens E Despesas Com Locomoção	142.859,19	240.305,01	127.921,26	196.511,45	14.937,93	43.793,56	127.921,26	196.511,45
35 Serviços de consultoria	-	30.442,00		30.442,00				30.442,00
36 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	7.550,00	2.330,00	7.550,00	2.330,00			7.550,00	2.330,00
37 Locação De Mão-De-Obra	3.411.580,72	2.981.101,66	2.983.867,43	2.663.095,72	427.713,29	318.005,94	2.983.867,43	2.663.095,72
39 Outros Serviços De Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	2.344.051,52	2.348.663,48	1.971.934,34	1.943.443,03	358.330,51	405.220,45	1.971.934,34	1.943.443,03
47 Obrigações Tributárias E Contributivas	18.325,49	13.246,63	18.325,49	13.246,63			18.325,49	13.246,63
92 Despesas De Exercícios Anteriores	2.630,47	155.296,31	2.630,47	105.296,31		50.000,00	2.630,47	105.296,31
93 Indenizações e Restituições	167.887,80	129.942,16	167.887,80	129.942,16			167.887,80	129.942,16

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.12.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos  
UG FUNAPOL - 200339

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1-Despesas de Pessoal</b>								
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>1.570.166,55</b>	<b>1.613.563,89</b>	<b>1.285.759,94</b>	<b>1.539.551,78</b>	<b>284.406,61</b>	<b>74.012,11</b>	<b>1.285.759,94</b>	<b>1.539.551,78</b>
14 Diárias - Pessoal Civil	1.210.078,59	1.508.363,18	1.210.078,59	1.443.086,87		65.276,31	1.210.078,59	1.443.086,87
30 Materiais De Consumo	288.152,42	10.073,58	8.451,81	10.073,58	279.700,61		8.451,81	10.073,58
36 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	26.150,00	33.200,00	26.150,00	33.200,00			26.150,00	33.200,00
39 Outros Serviços De Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	39.811,94	59.803,64	35.105,94	51.067,84	4.706,00	8.735,80	35.105,94	51.067,84
92 Despesas De Exercícios Anteriores	5.973,60	2.123,49	5.973,60	2.123,49			5.973,60	2.123,49

Gráfico VI – Dispêndios por Natureza de Despesa – TESOIRO – 2011 e 2010

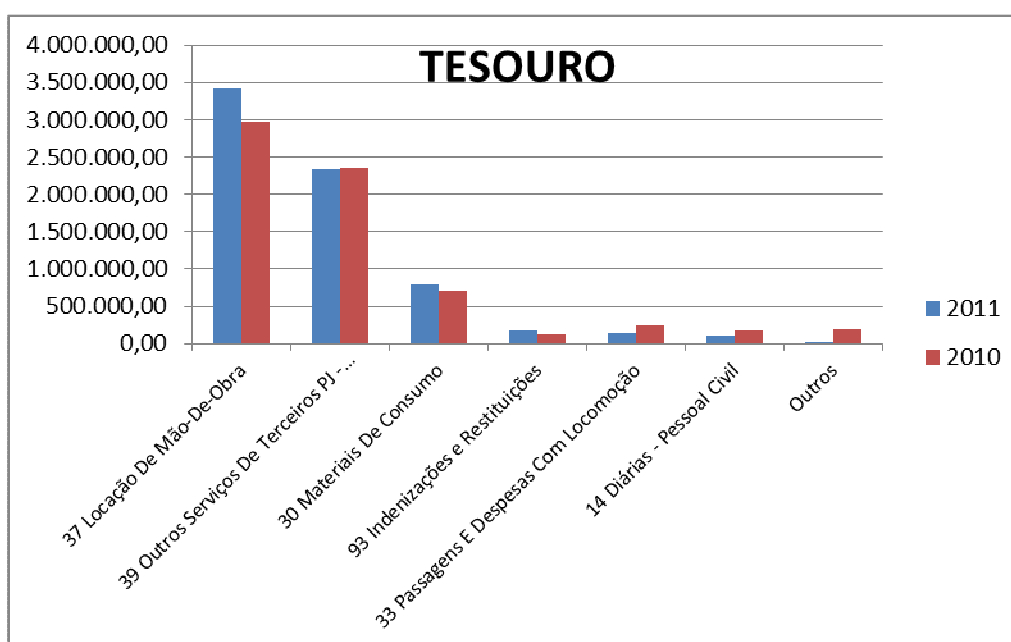
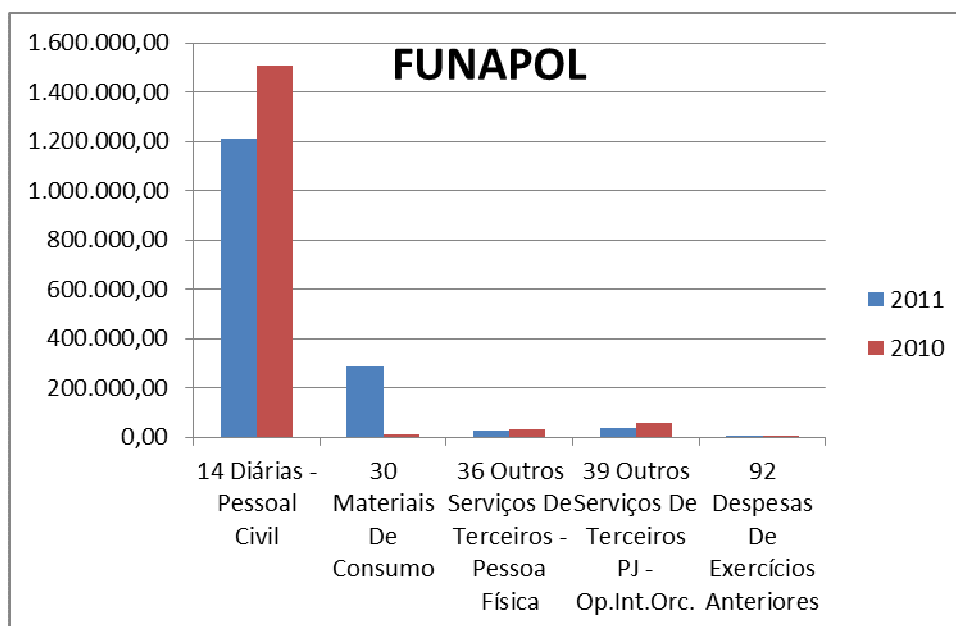


Gráfico VII – Dispêndios por Natureza de Despesa – FUNAPOL – 2011 e 2010



2.4.2.2.3) Despesas de Capital dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - UG TESOUREO - 200338

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4- Investimentos</b>								
51 - OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.								
52- EQUIPE MATERIAL PERMANENTE - OP. INTRA-ORC.	294.231,74	390.726,90	36.450,00	323.343,91	257.781,74	67.382,99	36.450,00	323.343,91

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.13.2 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - UG FUNAPOL - 200339

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4. Investimentos</b>								
51 - OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.		100.935,35		12.345,00			88.590,35	12.345,00
52- EQUIPE MATERIAL PERMANENTE - OP. INTRA-ORC.	26.083,00		26.083,00				26.083,00	

Fonte: SIAFI Gerencial

**Alterações significativas ocorridas no exercício:**

**Contingenciamento no exercício:** O contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorrido no exercício teve impacto na relação com os fornecedores, com atrasos no pagamento de faturas e dificuldades no cumprimento dos contratos, e também nas ações dos servidores da Polícia Federal, utilização de viaturas (combustíveis) e com pagamento de passagens e diárias para deslocamento.

**Eventos negativos que prejudicaram a execução orçamentária:** O contingenciamento de recursos, a intempestividade na sua liberação e a demanda crescente por servidores tiveram reflexos negativos na atuação da Superintendência, não chegando a comprometer o cumprimento dos objetivos propostos. Todavia, a situação em foco demonstra que, com a crescente demanda por serviços que a Polícia Federal deve desempenhar para o combate à criminalidade e atendimento aos cidadãos, sobretudo quando se aproximam grandes eventos internacionais que o País sediará, os recursos humanos e materiais constituirão fatores decisivos para o melhor cumprimento das missões da Polícia Federal.

Da análise das tabelas e gráficos apresentados acima, pode-se verificar alguns dados que demonstram como foi a gestão orçamentária no ano, em comparação com o ano de 2010. Um dado em especial, mostra o direcionamento da gestão administrativa e financeira das despesas no âmbito da SR/DPF/DF. A constante diminuição de gastos orçamentários na modalidade de contratação por Dispensa de licitação, que no comparativo de 2010 com 2009 decresceu 42%, e no comparativo de 2011 com 2010, decresceu cerca de 25%. O fato deve-se à racionalização dos processos de compras, onde foi estabelecido o regimento, para que todas as necessidades de aquisição/contratação submetam-se à licitação pública como maneira de buscarmos maior transparência no uso do recurso público colocado em nossa responsabilidade.

**UG – 200338 - TESOURO**

**Diárias** – O Decreto nº 7.446 de 1º/03/2011 que estabeleceu limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, determinou um corte expressivo previstos para tais despesas, ficando assim a execução orçamentária em 41%

da cota orçamentária estabelecida pela Direção-Geral ou 81 % da cota disponibilizada após o corte determinado pelo Decreto. Ressalte-se que no comparativo com 2010, o gasto com diárias foi reduzido em 41%.

**Material de Consumo** – Em relação ao ano anterior houve um pequeno acréscimo de 12%, devido especialmente à gestão mais austera, com a racionalização de aquisições de material de expediente e consumo por meio de Registro de Preços e controle nos gastos com combustíveis e manutenção da frota de veículos, sem que os serviços fossem prejudicados ou o número de viaturas em boas condições de utilização fosse reduzido.

Em relação à Cota estabelecida, esta foi ultrapassada em cerca de 41%, e o déficit foi equacionado com movimentação de créditos orçamentários de outros elementos de despesa, sem prejudicar a SR/DF. Registre-se que a mesma está subdimensionada para as nossas necessidades. O fato já foi levado ao conhecimento do Coordenador da COF/DLOG.

**Despesas de Locomoção e Passagens Aéreas** – a execução orçamentária consumiu apenas 29,76% da cota estabelecida e foi cerca de 40% menor que exercício anterior, pelas razões apontadas para o item de diárias.

**Serviços Pessoa Física** – Para contratação de tais serviços os dispêndios aumentaram consideravelmente em relação ao ano de 2010, mais de 220%, devido principalmente ao aumento de prisões de estrangeiros no aeroporto internacional que demandaram a utilização de intérpretes, pagos com esses recursos.

**Locação de Mão-de-obra** – Devido à nova contratação de serviços de limpeza e conservação, e mesmo levando-se em consideração o aumento de valor de vários contratos devido a repactuações ou aumento de objeto, a execução orçamentária foi 14% superior ao exercício anterior.

**Serviços Pessoa Jurídica** – A execução orçamentária para este elemento de despesa foi praticamente a mesma de 2010, mesmo com o aumento acentuado com gastos com alimentação dos custodiados na SR/DF, na ordem de 400%.

Ressalte-se também a diminuição acentuada nos gastos com ligações telefônicas, em aproximadamente 79%, em razão da mudança dos ramais para o tronco de comunicação comum ao DPF. Foi obtida também diminuição nos gastos com serviços de cópias e impressões de 18%, em razão do maior controle sobre tais serviços, sob fiscalização deste SELOG e do NTI.

## **UG – 200339 – FUNAPOL**

**Diárias** – houve um decréscimo de 19,8% de gastos em relação a 2010, principalmente em razão do Decreto nº 7.446 de 1º/03/2011 que estabeleceu limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011. Ressalte-se que grande parte dos gastos com diárias aconteceu para envio de policiais para as diversas operações permanentes, o que é efetivado com repasse de créditos por parte da COF/DLOG/DPF. As viagens de interesse exclusivo da SR/DF ocuparam menos de 35% do montante total dessa despesa em 2011.

### **Investimentos:**

Em relação a 2010 houve diminuição, especialmente porque foi encerrada a reforma de nossas instalações e adquirimos a maior parte do mobiliário necessário nos últimos anos. Nossas necessidades de material permanente, hoje são pontuais e são atendidas conforme demanda. A única demanda maior de aquisição de material permanente deu-se na aquisição de 80 (oitenta)

microcomputadores para atender a crescente demanda por novos equipamentos e necessidade de substituição de outros muito antigos.

#### 2.4.3) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada

O Departamento de Polícia Federal tem buscado desenvolver instrumentos e mecanismos que possibilitem avaliar, de forma consistente, o resultado de seu desempenho institucional, de modo a subsidiar as decisões de seu corpo diretivo, e, também, melhor prestar contas à sociedade e ao Governo Federal sobre sua atuação.

Atendendo às recomendações do órgão de Controle Interno da Presidência da República no sentido de estabelecer indicadores de desempenho para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão da Polícia Federal quanto aos objetivos estratégicos, houve contratação de instituições que ficariam incumbidas deste propósito em exercícios anteriores,, a exemplo do Instituto de Desenvolvimento Gerencial - INDG e da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Todavia, em função da fatores diversos e diante dos resultados iniciais apresentados, restou prejudicado o atendimento na apresentação dos índices demandados.

Ocorre, entretanto, que foi criado o Centro Integrado de Gestão Estratégica - CIGE/DPF, instituído pela Portaria nº 1.990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, o qual possui, entre outras atribuições, a seguinte: "II. propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial."

Desta forma, pretende-se fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Nos próximos anos, deverão ser desenvolvidas ações que implicarão na elaboração dos indicadores de desempenho no âmbito desta Polícia Federal, mediante a definição e monitoramento das metas a serem atendidas, inclusive em relação aos acordos e convênios firmados com entes nacionais como os estrangeiros.

Para a análise dos resultados alcançados pela SR/DPF/DF, convém ressaltar que há dois indicadores institucionais, vinculados ao Programa 0662 (Prevenção e Repressão à Criminalidade): Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais e Prazo Médio para a Conclusão de Inquéritos Policiais, cujos resultados, metodologia de cálculo e análises já foram expostos na seção 2.3.1.1 do presente Relatório. A seguir, retrata-se a pertinência da utilização dos referidos indicadores, bem como outros indicadores regionais.

##### 2.4.3.1) Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais

- a) **Utilidade:** medir a taxa (percentual) de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2011.

O inquérito instaurado num determinado exercício, devido à complexidade das investigações e/ou procedimentos, eventualmente não pode ser concluído dentro do mesmo exercício. Da mesma forma que os inquéritos relatados no período, podem ser aqueles instaurados em anos anteriores. Dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Nesse sentido, a utilidade desse indicador pode ser claramente percebida haja vista tratar-se de um dos mais representativos índices, o qual sempre é utilizado como referência para a tomada de decisões gerenciais que afetam o desempenho desta Unidade Jurisdicionada.

Todos os esforços são dirigidos para manter o índice relativo à Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais acima de 100%, para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento. As ações de correção, melhoria e adequação dos processos, e o esforço da Administração foram os fatores decisivos para o avanço.

- b) **Mensurabilidade:** Houve viabilidade efetiva para que o fenômeno-objeto (Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais) fosse medido por intermédio do indicador supracitado, mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF, disponibilizadas na intranet. Todavia, o índice inferior a 80% não retrata necessariamente insucesso, pois cada inquérito depende de fatores diversos que determinam o tempo de andamento do mesmo.

#### 2.4.3.2) Prazo Médio para Conclusão de Inquéritos Policiais

- a) **Utilidade:** medir o prazo médio para a conclusão de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2011 e auxiliar no processo de tomada de decisão gerencial, sobretudo quanto à melhor alocação de recursos pelo ordenador de despesas, a fim de reduzir tal prazo.

**b) Mensurabilidade:** O fenômeno-objeto (Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais) foi medido mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF. Da mesma forma que o índice 2.4.3.1 (taxa de conclusão), possui razoável mensurabilidade: trata-se de um indicador que possui um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo auditável por terceiros, pois os dados extraídos de sistemas ativos e confiáveis (Sistema Nacional de Procedimentos - SINPRO e Sistema Cartorário - SISCART), por meio de recursos da Coordenação de Tecnologia de Informação do DPF, disponibilizados à Corregedoria Geral, além de ser econômica a produção de tal indicador. Entretanto, este indicador não possibilita aferir uma exata mensuração da produtividade, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Por essa e outras razões, este indicador de desempenho não foi considerado no PPA 2012-2015. Os demais índices relativos à Polícia Judiciária dependem de fatores de elevada complexidade, os quais devem ser observados no decurso das investigações e, principalmente, na deflagração de operações policiais. Ainda nesse sentido, são relevantes as representações bem fundamentadas junto ao Judiciário.

**ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1.1 – TESOURO - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2011</b>
2011	-	-	-	-
2010	139.176,24	2.093,19	137.083,05	-
2009	2.223,53	-	-	-
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2011</b>
2011	1.090.702,23	227.258,98	774.911,18	88.532,07
2010	538.316,11	143.503,70	378.231,38	16.581,03
2009	1.494.697,80	185.894,46	1.303.945,34	4.858,00

**Observações:** Exceto as considerações expostas adiante, não há nenhuma análise adicional digna de registro.

Fonte: SIAFI Gerencial

OBS.: Saldos a pagar em 31/12: Montante Inscrito – Cancelados – Pagos = saldo a pagar em 31/12.

Quadro A.4.1.2 – FUNAPOL - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2011</b>
2011	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
2009	-	-	-	-
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2011</b>
2011	180.401,65	65.276,31	81.590,68	33.534,66
2010	1.458.765,66	33.629,12	1.407.337,35	17.799,19
2009	1.148.598,23	-	1.148.598,23	-

**Observações:** Exceto as considerações expostas adiante, não há nenhuma análise adicional digna de registro.

Fonte: SIAFI Gerencial

OBS.: Saldos a pagar em 31/12: Montante Inscrito – Cancelados – Pagos = saldo a pagar em 31/12.



#### 4.2) Análise Crítica

Ao longo dos últimos exercícios esta Unidade Jurisdicionada, elevou sua preocupação e realizou estudos e adotou rotinas de execução de despesa, de maneira a se evitar ao máximo a inscrição de valores expressivos em restos a pagar. Tal trabalho estabeleceu limites de tempo e melhor atuação no planejamento das aquisições ordinárias, aquelas que realizamos para o atendimento das demandas rotineiras. Para tanto evitamos ao máximo a realização de certames licitatórios para aquisição de materiais no segundo semestre, de modo a não coincidir o seu encerramento e a possibilidade de empenho das despesas, com a proximidade do encerramento do exercício, quando os prazos para cumprimento, por parte dos fornecedores, das suas obrigações, muitas vezes ultrapassa o final do ano, obrigando a inscrição dos valores empenhados em restos a pagar.

Ressalte-se que grande parte dos valores inscritos em restos a pagar se deve ao fato de que obrigações contratadas, cuja contraprestação apenas se completou no final do mês de dezembro de 2011, não foram liquidadas e pagas no exercício, pois os fornecedores apresentam faturas/notas fiscais após o encerramento do mês referente à cobrança, quando se verifica que o serviço foi efetivamente prestado, que nesses casos corresponde ao encerramento do exercício.

Importa informar que não houve nesta UJ a inscrição de Restos a Pagar de exercícios anteriores a 2009, sem a devida autorização legal.

**ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**

## 5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

## Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2)</b>	-	<b>378</b>	-	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
<b>1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)</b>	-	-	-	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	359	-	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	08	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	11	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>3. Total de servidores (1+2)</b>	-	<b>378</b>	-	-

Fonte: Planilha encaminhada pelo Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/DF

## Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	04
1.2. Exercício de Função de Confiança	22
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	14
3.2. A pedido, a critério da Administração	02
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	70
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	01
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	112

Fonte: Planilha encaminhada pelo Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/DF

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	0	4	4	4
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	4	4	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	4	4	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções gratificadas</b>	0	22	13	13
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	22	13	13
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	0	26	17	17

Fonte: Planilha encaminhada pelo Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/DF

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	49	102	100	98	03
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	49	102	100	98	03
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	01	18	05	02	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	03	01	0	0
2.3. Funções gratificadas	01	15	04	02	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	50	120	105	100	03

Fonte: Planilha encaminhada pelo Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/DF

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	07	78	267	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	04	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	03	19	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	0	0	0	07	81	290	0	0	0

Fonte: Planilha SRH/SIAPE  
Situação apurada em 31/12

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

## 5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF. Desta forma, o quadro foi preenchido apenas com os dados do exercício de 2011, de forma que o quantitativo (total) de servidores inativos ou de pensionistas é acompanhado pela CRH/DGP/DPF.

Quadro A.5.6 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De servidores aposentados até 31/12	De aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>		08
1.1 Voluntária		08
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
<b>2. Proporcional</b>		0
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
<b>3. Totais (1+2)</b>		08

Fonte: Planilha encaminhada pelo Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/DF

Quadro A.5.7 - Quadro de Instituidores de Pensão

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>		-
1.1. Integral		-
1.2. Proporcional		-
<b>2. Em Atividade</b>		-
<b>3. Total (1+2)</b>		-

Fonte: Planilha encaminhada pelo Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/DF

### 5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários na UJ

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágios vigentes				Despesas no exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>					0
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	15	15	15	15	0
<b>2. Nível Médio</b>	0	0	0	0	0
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	12	12	12	12	0
<b>3. Total (1+2)</b>	27	27	27	27	0

Fonte: Planilha encaminhada pelo Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/DF

### 5.4) Demonstração dos custos de pessoal da UJ

Excepcionalmente, os custos de recursos humanos foram informados pelo Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/DF nos valores totais, posto que outros dados pormenorizados, quais sejam, detalhamento de vencimentos e despesas variáveis, custos por cada servidor cedido ou comissionado, entre outros, são apurados centralizadamente, pela CRH/DGP/DPF. Da mesma forma, a composição do quadro de recursos humanos desta Unidade Jurisdicionada por faixa etária e por nível de escolaridade é acompanhada pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF, cujo Relatório de Gestão deverá apontar tais dados. Providências estão sendo adotadas, mediante aperfeiçoamento dos sistemas de acesso às informações de recursos humanos, visando, em breve, ao compartilhamento de mais dados pelo Órgão Central com outras Unidades Jurisdicionadas do DPF.

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2011	55.588.095,23	2.834.992,86	4.669.400,00	2.001.171,43	1.612.054,76	1.889.995,24	1.889.995,24		17.524,44	70.503.229,19
	2010	55.350.897,97	13.837,72	4.649.475,43	2.380.088,61	88.561,44	1.771.228,74	2.324.737,71		50.536,85	66.629.364,47
	2009	50.797.539,58	14.731,29	4.266.993,32	2.235.091,74	86.355,82	1.219.140,95	1.219.140,95		77.262,77	59.916.256,42
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2011		0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010		0	0	0	0	0	0	0	0	
	2009		0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2011	836.006,64	62.700,50	75.240,60	12.540,10	3.344,03	1.672,01	20.900,17	0,00	0,00	1.012.404,05
	2010	866.340,24	75.371,60	77.970,62	29.455,57	0,00	33.787,27	25.990,21	0,00	0,00	1.108.915,51
	2009	864.217,66	75.186,94	92.471,29	29.383,40	0,00	69.137,41	15.555,92	0,00	0,00	1.145.952,62
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
Exercícios	2011	2.873.598,14	54.598,36	318.969,39	106.323,13	51.724,77	22.988,79	86.207,94	0,00	0,00	3.514.410,52
	2010	3.458.502,00	69.170,04	293.972,67	121.047,57	1.002,97	34.595,02	93.379,55	0,00	0,00	4.071.669,82
	2009	3.395.874,04	74.709,23	295.441,04	135.834,96	984,80	20.375,24	47.542,24	0,00	0,00	3.970.761,55

Fonte: Planilha encaminhada pelo Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/DF

5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão..

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal													
UG/Gestão: 200338/00001							CNPJ: 00.394.494/0024-22						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	03/2011	SERVEGEL APOIO ADM. SUP. OPER. LTDA (01.608.603/0001-33)	02/05/2011	01/05/2012	19	19	-	-	-	-	A
2010	V	O	04/2010	BRAVA VIGILÂNCIA 020.081.574/0002-48	01/02/2010	31/12/2012	32	34	-	-	-	-	P
Observação: -													
<p><b>LEGENDA</b>  <b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.  <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: Núcleo de Contratos/SR/DPF/DF

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante

Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal

UG/Gestão: 200338/00001

CNPJ: 00.394.494/0024-22

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	6	O	03/2010	05.607.412/0001-08	20/01/2010	19/01/2013	4	4					P
2009	7	O	07/2009	02.843.359/0001-56	02/02/2009	31/12/2012			7	9			P
2009	1	O	15/2009	04.762.861/0001-68	01/06/2009	30/06/2012	8	8	26	26	1	1	P
2010	7	O	5/2010	00.032.227/0001-19	01/03/2010	29/02/2012			16	16			P
2009	5	O	23/2009	02.196.969/0001-05	03/11/2009	02/11/2012			20	20			P

Observação: -

**LEGENDA**

**Área:**

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.



11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 14. Outras	
--	--

Fonte: Núcleo de Contratos SR/DPF/DF

## 5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

### **Considerações gerais**


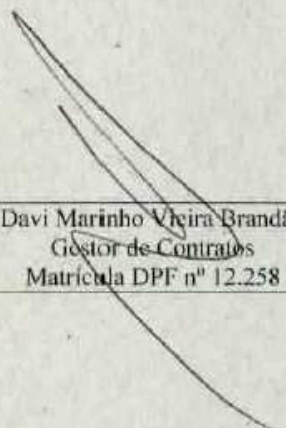
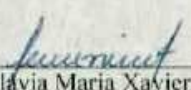
A Diretoria de Gestão de Pessoal, órgão central responsável por toda política de gestão da área, informa que não há, na Polícia Federal, indicadores gerenciais sobre recursos humanos estruturados.

Foram realizadas duas pesquisas sobre clima organizacional nos anos 2007 e 2008. Existe projeto de implantação de Gestão por Competência e a criação de um sistema informatizado que dará suporte ao projeto. A partir da implantação da Gestão por Competências no âmbito da Polícia Federal serão criados os indicadores Gerenciais citados.

**ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**

## 7. 1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV

Quadro A.7.1 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa (U.J)	Código da UG	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal	200338, 200339	
<p>Declaramos declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos celebrados pela SR/DF estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estamos cientes das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <p>Brasília/DF, <u>21</u> de março de 2012</p>		
 Nelson Borges de Lima Gestor de Contratos Matricula DPF nº 5.791	 Davi Marinho Vieira Brandão Gestor de Contratos Matricula DPF nº 12.258	 Flavia Maria Xavier C. Salgado Gestora de Contratos Matricula DPF nº 13.397

**ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**

## 8. 1) Informações sobre declarações de bens e rendas

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	26	26	26
	Entregaram a DBR	26	26	26
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

## 8. 2) Análise Crítica

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendas (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

Informa-se, ainda, que o gerenciamento do recebimento das declarações é feito através de planilha eletrônica, programa EXCEL. As declarações chegam ao SRH em papel, através do Setor de Protocolo. Após registro são arquivadas nos assentamentos funcionais dos servidores.

Por fim, o SRH informa que as declarações são entregues lacradas, em envelope pardo, não existindo qualquer análise quanto a eventuais incompatibilidades de patrimônio com a renda declarada, diante da preservação do sigilo fiscal.

**ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**

9. 1) Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da SR/DPF/DF

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	

25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Considerações gerais					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Embora a Direção Geral do DPF tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado no Distrito Federal ainda não possui Unidade de Controle Interno que possa responder sobre a natureza dos controles em questão. Até o presente momento, estas atribuições são realizadas pela Controladoria-Geral da União, pelo Assessor de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, juntamente com os demais órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Assim, foi objeto da análise supracitada o sistema de controles internos existente no Setor de Administração e Logística Policial, cujas rotinas foram consideradas relevantes para o regular desempenho orçamentário-financeiro da Unidade.

**ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**

**10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

**Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					X
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	<p>As Licitações são realizadas de acordo com, a IN nº. 01/2010 SLTI/MPOG- SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;</p> <p>- Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;</p> <p>- Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;</p> <p>- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;</p> <p>- Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;</p> <p>- Separar os resíduos recicláveis descartados pela Contratante e destinar às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis nos termos do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; 24.1.7 - Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.</p>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					

5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					x	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?						
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).						X
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	<b>Papel reciclado</b>					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X					
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?						
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).						X
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?						
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.						X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.						X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X					
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?						
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X					
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?						
<p>Considerações Gerais:</p> <p><b>Metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos:</b> A Comissão Permanente de Licitações lida diretamente com várias questões inerentes aos quesitos supracitados, tendo sido o questionário respondido por 01 (um) funcionário lotado no referido setor.</p>						
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>						

Fonte: CPL/SR/DPF/DF



## ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

### 11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

A gestão, especialmente o controle cadastral e legal dos bens imóveis de uso Especial da União, que estão sob responsabilidade do Departamento de Polícia Federal, localizados no Distrito Federal é efetivada pela Unidade Central de Administração-COAD/DLOG/DPF, que fará constar as informações no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Esta unidade apresenta somente o quadro de discriminação dos bens imóveis, em razão de serviços de reforma e de manutenção predial contratados, que são geridos nesta UJ, e atendem a todo imóvel (terreno e todos os prédios construídos), onde estão instaladas diversas unidades da Polícia Federal, vinculadas a outras Unidades Jurisdicionadas.

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade desta UJ<sup>1</sup>.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200334	9701 21540.500-7 Setor Policial Sul	21-uso em serviço público	BOM	1.714.366,02	29/12/2004	31.968.373,37		1.524.978,14 <sup>2</sup>

Fonte: [HTTPS://spiunet.spu.planejamento.gov.br/consulta](https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/consulta)

<sup>1</sup> - A gestão cadastral e legal do imóvel e efetivada pelo Órgão Central do DPF, por isso consta o código da UG 200334 e não 200338.

<sup>2</sup> - Valor referente a despesas com manutenção das instalações do imóvel do Setor Policial Sul, atendidas pelo Contrato nº 15/2009-SR/DPF/DF, de manutenção predial.

### 11.2) Análise Crítica Sobre a Gestão de Imobilizados sob Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

Esta Unidade, em razão da política de gestão administrativa adotada pelo Órgão Central, é responsável pela gestão do contrato de Serviços de manutenção predial de todo o complexo da Polícia Federal do Setor Policial Sul. São 08 unidades, que ocupam áreas diferenciadas, prédios antigos e mais novos e ainda prédios modernizados. São diversos equipamentos elétricos, eletrônicos, de informática, sistemas de ar-condicionado central. Um contrato bastante complexo, e por isso, responde por 77% do montante gasto por esta UJ com o elemento de despesa – Outros Serviços – Pessoa Jurídica.

## ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

### 12.1) Gestão de Tecnologia da Informação

No DPF, a área de Tecnologia de Informação é composta por um órgão central, a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, responsável pela elaboração e consolidação do Plano Diretor de Informática, pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos, pela estrutura da intranet e conexões dessa com a internet, entre outras funções típicas de Direção Geral. Regionalmente, nas Superintendências, os Núcleos de Tecnologia da Informação - NTIs são responsáveis pela difusão e aplicação das diretrizes e normas traçadas pela CGTI, pela manutenção da infraestrutura de TI, em especial equipamentos e intranet, e pelo atendimento aos usuários da região.

Segue adiante um quadro contendo a avaliação da gestão de Tecnologia de Informação no âmbito desta Unidade Jurisdicionada. Entretanto, salienta-se que muitos dos quesitos adiante avaliados não se aplicam aos NTIs. Nesse contexto, com o intuito de não prejudicar o quesito, o mesmo foi respondido como (1) – Totalmente Inválida.

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					Estagiários – 02 Administrativo – 03 Agente de Telecom. – 01 Agente de Pol. Federal – 01 Perito Criminal Federal - 01
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.		X			
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.*					Suporte ao usuário - 90% Administração de rede –

	70%			
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X			
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X			
<p>Observação:</p> <p><b>Metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos:</b> As respostas aos quesitos foram apresentadas pelo Chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DPF/DF</p> <p>Na SRDF as ações relacionadas à área de TI estão vinculadas a um órgão superior que é o CGTI. Isso se dá devido à utilização de infraestrutura e serviços deste órgão, pela proximidade física das instalações.</p> <p>O Núcleo de Tecnologia da Informação da Superintendência de Polícia Federal no DF (SR/DF) não possui servidores dedicados exclusivamente à carreira de TI, o que dificulta a formação e manutenção dos profissionais trabalhando na área, e implementação das políticas de segurança preconizadas pelo órgão central.</p> <p>Também não há no Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DF uma divisão formal de atribuições, pois muitas das tarefas administrativas tiveram que ser delegadas a funcionários terceirizados após o advento do modelo de contratação gerido pela Coordenadoria Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), no qual a SR/DF também é cliente, que prevê a prestação de serviços em TI a nível nacional.</p> <p>Neste contrato também está previsto o suporte local para as unidades situadas em Brasília. Tais contratos são organizados com níveis de serviço (SLA- Service Level Agreement), cabendo ao gestor de TI da SRDF apenas repassar ao fiscal de contrato da CGTI as reclamações dos usuários quanto ao não atendimento de suas ordens de serviço. Nesse último ano foi observado que o nível de satisfação dos usuários desta SR/DPF/DF quanto aos atendimentos na área de TI não foi sequer regular, só resta observar que tal resultado se deu principalmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Demora no atendimento após a comunicação do problema;</li> <li>• Dificuldades do atendente em conduzir com mais segurança e precisão técnica a conversação com os Usuários reclamantes;</li> <li>• Ausência de um técnico da empresa contratada nas dependências da SR/DPF/DF para pronto atendimento depois de recebido o chamado pela Central de Atendimento ao Usuário (CAU) no telefone 08009401210;</li> </ul> <p>Dada as razões acima, também se constatou que devido essa demora no atendimento, este NTI/SR/DPF/DF tenta solucionar a maior parte dos problemas, compreendendo a manutenção corretiva de nossos equipamentos (microcomputadores, servidores, notebooks, impressoras a jato de tinta, impressoras matriciais, impressoras a laser; equipamentos ativos de rede como: switches, hubs, concentradores ópticos, cabeamentos e roteadores; scanners, plotters, projetores multimídia, e outros); Além da Instalação e suporte aos programas aplicativos em equipamentos de usuários tais como: sistema operacionais da Microsoft ou Linux, MS Office, BR Office, Adobe Acrobat Reader, compactadores de arquivos, programas de gravação de mídias óticas, drivers de periféricos, antivírus Symantec, Internet Explorer, Firefox, Thunderbird, Java Runtime, Google Earth, e outros aplicativos corporativos ou de interesse do setor/usuário.</p> <p>A ausência do servidor do NTI/SR/DPF/DF ocasiona prejuízo rotineiros que se acumulam durante os meses até um patamar de situação crítica de controle da estrutura de TI desta unidade e resolução de problemas administrativos fora de seus prazos regulares, tais como elaboração de relatórios de gestão, elaboração de termos de referência, elaboração de planejamento de aquisição de ferramentas e equipamentos, etc.</p>				
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de avaliação:</b></p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>				

Fonte: Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DPF/DF

## ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

### 13.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal executou despesas por meio de suprimento de fundos, utilizando o Cartão de Pagamento do Governo Federal, observando as disposições constante nos Decretos números 5.355/2005, 6.370/2008, 93.872/1986 (artigo 47) e 3.518/2000, Instrução Normativa (IN) nº 05/1996-Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria 90, de 24 de abril de 2009-Ministério do Planejamento, Portaria nº 95-Ministério da Fazenda, de 19 de abril de 2002, bem como a legislação adicional referente ao assunto em pauta.

Em 09 de novembro de 2009, foi expedida a Instrução Normativa nº 11/2009-Direção Geral do DPF, que alterou a IN nº 09/2008-Direção Geral do DPF, atualizando os procedimentos, consoante as Portarias (supracitadas) expedidas em 2009, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Justiça.

Assim, a nova IN nº 011/2009-DG/DPF manteve a regulamentação da concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos para o custeio das despesas decorrentes das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal – DPF, com regime especial de execução, estatuído no artigo 47 do Decreto nº 93.872/86, e das despesas previstas no art. 45 do mesmo instrumento legal, atualizando as orientações voltadas para os Ordenadores de Despesas e supridos, de forma prática e objetiva, na gestão de tais adiantamentos, visando à padronização dos procedimentos envolvidos.

Em 2011, nesta Unidade Jurisdicionada, as despesas pagas mediante suprimento de fundos, em relação ao ano de 2010, tiveram uma pequena redução mantendo-se praticamente estável. Os montantes de gastos com Cartões de Pagamento do Governo Federal nos referidos exercícios estão expostos nos quadros abaixo.

Quadro A.13.1 – Despesas pagas com cartão de crédito corporativo por UG e por suprido

Unidade Gestora: 200339			Limite de Utilização da UG			
SF Siafi <sup>1</sup>	Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
				Saque	Fatura	
1 - PV	Carlos Alberto Mendes Oliveira	222.021.371-49	5.000,00	280,00	283,35	563,35
2 - PV	Marcos Fábio de Souza	357.793.901-00	12.000,00	920,00	9.581,10	10.501,10
3 - REE	Regime Especial - Não Sigiloso	REE	33.000,00	1.373,14	11.995,56	13.368,70
4 - VS	VS - Regime Especial - Sigiloso	VS	58.000,00	26.476,86	6.633,00	33.109,86
Sub-Total utilizado pela UG				29.050,00	28.493,01	57.543,01
Total utilizado pela UG						57.543,01
<b>Total utilizado pela UJ</b>						<b>57.543,01</b>

<sup>1</sup>PV: Pequeno Vulto

REE: Regime Especial de Execução – sem caráter sigiloso

VS: Regime Especial de Execução – com caráter sigiloso

Fonte: SIAFI

\*Obs.: Os supridos que executaram despesas sob o regime especial de execução tiveram seus nomes e CPFs omitidos, em observância ao §1º do art. 4º da Decisão Normativa TCU Nº 108/2010. Assim, o quadro acima apenas contempla o CPF dos supridos que realizaram despesas de pequeno vulto.

**Quadro A.13.2 – Despesas de Pequeno Vulto Com Cartão de Crédito Corporativo –  
(Série Histórica)**

<b>UG 200339</b>					
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2008	95	34.987,00	31	15.114,77	50.101,77
2009	151	105.885,00	41	29.417,01	135.302,01
2010	84	51.805,00	24	10.766,47	62.571,47
2011	35	29.050,00	22	28.493,01	57.543,01

**ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**

15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal não recebeu determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União no exercício de 2011.

15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberações do Tribunal de Contas da União para esta Unidade Jurisdicionada que tenham permanecido pendentes de atendimento no exercício de 2011.

15.3) Recomendações da CGU atendidas no exercício

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal recebeu recomendações da Controladoria-Geral da União no exercício de 2011, sendo todas atendidas, conforme quadros adiante elencados.

De acordo com o Informe nº 008/2011, oriundo da Assessoria Especial de Controles Internos do Ministério da Justiça, as constatações e impropriedades apontadas pela auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno não acarretaram ressalvas no Certificado de Auditoria emitido pela CGU.

Quadro A.15.3 – Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal			001137
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201108773	1.1.2.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal			<b>001137</b>
Descrição da Recomendação:			
<p>001 - Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos administrativos estabelecidos na Unidade de modo a garantir observância aos dispositivos legais e às determinações do Tribunal de Contas da União a respeito do assunto.</p> <p>002 - Fixar, doravante, em seus editais de licitação cláusula estabelecendo os critérios de aceitabilidade de preços unitários, consoante ao contido no art.40, inciso X, da Lei nº 8.666/93, e às decisões emanadas do Tribunal de Contas da União, a exemplo dos Acórdãos nºs 206/2007 e 3.905/2010, Plenário e Segunda Câmara, respectivamente.</p>			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SELOG/SR/DPF/DF			
Síntese da providência adotada:			
<p>Aplicação dos preceitos constantes do Manual de Normas Administrativas para Aquisições e Fiscalização de Contratos, estabelecido por meio da Portaria nº 91/2011-GAB/SR/DPF/DF, publicado no Aditamento Semanal nº 35 de 02 de setembro de 2011.</p> <p>Atendimento aos preceitos legais estabelecidos no art. 40, inciso X, da Lei 8.666/93.</p> <p>As orientações foram encaminhadas à Comissão Permanente de Licitação por meio do memorando nr. 156/2011-SELOG/SR/DPF/DF determinando a aplicação das recomendações.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Observância das obrigações legais previstas na Lei de Licitações e Contratos e demais legislações aplicáveis, para a elaboração de Editais.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

As recomendações foram acatadas por esta UJ e já estão sendo cumpridas.

<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
02	201108773	1.1.2.2	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal			<b>001137</b>
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
<p>001 -Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos administrativos da Unidade de modo a garantir a observância aos dispositivos legais e às determinações do Tribunal de Contas da União - TCU a respeito do assunto.</p> <p>002 -Promover, em futuras licitações, pesquisa de preços no mercado ou outro procedimento que permita verificar a conformidade das propostas com os preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente, fazendo constar dos respectivos processos o método adotado, por força do artigo 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, inciso XII, da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, e consoante ao contido nos Acórdãos nºs 710/2007, 89/2009 e 17/2010, todos Plenário.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SELOG/SR/DPF/DF			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
<p>Aplicação dos preceitos constantes do Manual de Normas Administrativas para Aquisições e Fiscalização de Contratos, estabelecido por meio da Portaria nº 91/2011-GAB/SR/DPF/DF, publicado no Aditamento Semanal nº 35 de 02 de setembro de 2011.</p> <p>Adoção das ações constantes da recomendação. Memorando nº 156/2011-SELOG/SR/DPF/DF, para Comissão Permanente de Licitação, determinando a aplicação da recomendação.</p>			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
A determinação está sendo cumprida.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Instauração de mecanismos de controle interno para cumprimento das normas e indicação de servidores para elaboração de novo termo de referência cumprindo o disposto no art. 43, inciso IV da Lei 8.666/93 e inciso XII da IN 02/2008-SLTI/MPOG.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
03	201108773	1.1.2.3	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>

Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal			001137
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 - Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos administrativos estabelecidos na Unidade de forma a garantir observância aos dispositivos legais quando da elaboração de termo de referência, edital e termo de contrato que tenha como objeto a contratação de serviços continuados, especialmente ao contido nos arts. 15; 18, 19, 19-A, 20 da IN SLTI/MPOG nº 02/2008 e nos arts. 40 e 55 da Lei nº 8.666/93.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SELOG/SR/DPF/DF			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Aplicação dos preceitos constantes do Manual de Normas Administrativas para Aquisições e Fiscalização de Contratos, estabelecido por meio da Portaria nº 91/2011-GAB/SR/DPF/DF, publicado no Aditamento Semanal nº 35 de 02 de setembro de 2011.			
A indicação de servidores envolvidos no processo de fiscalização para auxiliar na elaboração de termo de referência, edital e de contrato, especialmente quanto à observação de dispositivos legais obrigatórios.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
As recomendações do órgão de controle foram adotadas.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
A UJ já estabeleceu mecanismos internos de controle de modo a observar as exigências legais para a elaboração de termos de referência/projeto básico, editais e contratos administrativos, promoveu capacitação de quatro servidores em curso sobre contratos de terceirização, realizado em outubro de 2011.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
05	201108773	1.1.2.4	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal			001137
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 - Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos administrativos da Unidade de modo a garantir observância aos dispositivos legais e às determinações do Tribunal de Contas da União - TCU a respeito do assunto.			
002 - Fixar em edital o prazo para o envio da proposta da licitante e, quando for o caso, seus anexos, durante o pregão eletrônico, disciplinando os casos em que este prazo poderá ser estendido, de modo a obedecer aos princípios da publicidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, consoante ao contido nos arts. 3º da Lei nº 8.666/93 e 13, inciso II, do Decreto nº 5.450/2005.			
003 - Abster-se de proceder à recusa das propostas das empresas por motivo de equívocos sanáveis na planilha, cotação			



subdimensionada de valores de itens isolados na planilha, antes de analisar a exequibilidade do valor global da proposta, por meio de diligências junto à empresa convocada, nos termos dos arts. 23, §1º, e 29, §2º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e do Acórdão nº 1.092/2010 - Segunda Câmara.

**Providências Adotadas**

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
SELOG/SR/DPF/DF	

**Síntese da providência adotada:**

Memorando nº 156/2011-SELOG/SR/DPF/DF, para Comissão Permanente de Licitação, determinando a aplicação da recomendação.

**Síntese dos resultados obtidos**

A recomendação está sendo cumprida.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Os servidores envolvidos nas licitações, ou que exerçam atividades de pregoeiro foram orientados em relação à observância dos dispositivos legais durante a realização do certame licitatório.

A UJ promoveu capacitação de dois servidores em curso sobre planilhas de custos prevista na Instrução Normativa nº 02/2008, realizado em julho de 2011.

<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
06	201108773	1.1.2.5	

<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal	<b>001137</b>

**Descrição da Recomendação:**

001 - Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos administrativos estabelecidos na Unidade de forma a garantir observância aos dispositivos legais, principalmente, no que se tange à capacitação de servidores.

002 - Observar as normas e diretrizes contidas na Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02/2008 ao se contratar empresa especializada na prestação de serviços contínuos em manutenção predial, em atendimento ao que estabelece o princípio da legalidade, e adotando, como anexo do edital, a Planilha de Custos e Formação de Preços prevista no Anexo III da referida Instrução Normativa.

**Providências Adotadas**

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
SELOG/SR/DPF/DF	

**Síntese da providência adotada:**

Aplicação dos preceitos constantes do Manual de Normas Administrativas para Aquisições e Fiscalização de Contratos,

estabelecido por meio da Portaria nº 91/2011-GAB/SR/DPF/DF, publicado no Aditamento Semanal nº 35 de 02 de setembro de 2011.

Adoção da Recomendação.

#### Síntese dos resultados obtidos

Na elaboração de novo Termo de Referência para contratação dos serviços de manutenção predial, objeto da recomendação, foi adotada a planilha de formação de preços prevista na IN nº 02/2008-SLTI/MPOG.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Capacitação de dois servidores em curso sobre planilhas de custos na Instrução Normativa nº 02/2008, realizado em julho de 2011 e de quatro servidores em curso sobre contratos de terceirização, realizado em outubro de 2011.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201108773	1.1.2.6	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal	001137

#### Descrição da Recomendação:

001 - Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos administrativos da Unidade de modo a garantir observância aos dispositivos legais e às determinações do Tribunal de Contas da União - TCU, a exemplo do contido nos §§ 4º e 6º do art. 7º da Lei nº 8.666/93 e inciso XV do art. 15 da IN 02/2008, consoante ao contido no Acórdão nº 65/2009 - TCU - 2ª Câmara.

002 - Abster-se de incluir, doravante, nos editais de licitação cláusula que exija valores mínimos a serem cotados pelos licitantes por falta de amparo legal, e consoante ao contido no art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93.

#### Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SELOG/SR/DPF/DF	

#### Síntese da providência adotada:

Aplicação dos preceitos constantes do Manual de Normas Administrativas para Aquisições e Fiscalização de Contratos, estabelecido por meio da Portaria nº 91/2011-GAB/SR/DPF/DF, publicado no Aditamento Semanal nº 35 de 02 de setembro de 2011.

O estabelecimento no novo termo de referência de rol de materiais necessários qualitativamente e quantitativamente, com valores estimados para a aquisição desses materiais, com destaques unitários e globais, visando proporcionar à administração segurança e controle sobre a necessidade de aplicação do material, e a inclusão dos mesmos em anexo do termo de referência e do edital, estabelecendo os valores máximos aceitos pela UJ no certame licitatório e a inclusão dos orçamentos em processo.

Em realidade a administração adota valor máximo para gastos com aplicação de material durante a execução do contrato, como meio de garantir o valor contratual definido. A falta de sua previsão poderia resultar na impossibilidade de se estabelecer o valor do contrato, visto que os valores seriam impossíveis de ser estimados. Ressalte-se que a

administração nunca extrapolou o valor previsto em contrato. A execução contratual sempre é menor que o valor estimado do instrumento.

#### Síntese dos resultados obtidos

Adoção das medidas com o cumprimento das recomendações.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A indicação e capacitação dos servidores envolvidos na fiscalização e elaboração de termo de referência, edital e contrato viabilizaram a adoção das determinações.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201108773	1.1.3.3	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal	001137

#### Descrição da Recomendação:

001 - Aprimorar os mecanismos de controles internos administrativos da Unidade de forma a estabelecer neste contrato, bem como quando da celebração dos próximos contratos, as atribuições dos fiscais de serviços terceirizados de natureza continuada ao conteúdo dos artigos 31 a 35 e do Anexo IV da Instrução Normativa nº 02/2008, de forma a evitar a condenação da Administração Pública na esfera trabalhista por falhas na gestão contratual, bem como obter uma execução contratual sem o acarretamento de prejuízo ao Erário.

#### Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SELOG/SR/DPF/DF	

#### Síntese da providência adotada:

Adoção da Recomendação. Implantação do Manual de Normas Administrativas para Aquisições e Fiscalização de Contratos, estabelecido por meio da Portaria nº 91/2011-GAB/SR/DPF/DF, publicado no Aditamento Semanal nº 35 de 02 de setembro de 2011.

Além da adoção do manual, procedeu-se alteração do texto das Portarias de Fiscalização de Contratos, contemplando maneira mais abrangente e completa as obrigações dos fiscais.

Capacitação de quatro servidores em curso sobre fiscalização de contratos de terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, realizado em outubro de 2011.

Aplicação das normas e dispositivos do Anexo IV da IN 02/2008 SLTI/MPOG, dos artigos 31 a 36 da IN 02/2008-SLTI/MPOG e da Lei 8.666/93, consoante à fiscalização dos contratos administrativos.

#### Síntese dos resultados obtidos

A determinação está sendo cumprida.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo

<b>gestor</b>			
O empenho da equipe em atender às recomendações facilitou a implantação de dispositivos de controle e fiscalização dos contratos administrativos.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
09	201108773	3.1.2.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal			<b>001137</b>
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 - Em futuras licitações, atentar para a obrigatoriedade de não incluir itens inadequados na composição do BDI proposto pela administração que onerem substancialmente o respectivo percentual a ser adotado na contratação do objeto, em homenagem ao princípio da economicidade e transparência pública, respeitando assim os ditames estabelecidos no Acórdão TCU nº 325/2007-Plenário.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SELOG/SR/DPF/DF			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Adoção da Recomendação.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
A determinação está sendo cumprida.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Promoveu-se a capacitação de servidores no tocante à elaboração da planilha prevista no Anexo III da IN 02/2008-SLTI/MPOG, realizado em julho/2011, e a devida adequação em relação ao novo procedimento licitatório. Instituiu-se equipe para realizar pesquisas e cálculos adequados quanto ao BDI nas planilhas de cálculo para contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.			

Quadro A.15.4 - Recomendações da CGU pendentes de atendimento ao final do exercício

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	201108773
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	1.1.3.2
<b>Comunicação Expedida</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	SELOG/SR/DPF/DF
<b>Descrição da Recomendação</b>	<p>001 - Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos administrativos estabelecidos na Unidade de forma a garantir observância aos dispositivos legais, especialmente quanto à retenção de impostos e contribuições sociais, verificando antes da realização de cada pagamento, se as deduções utilizadas para obtenção da base de cálculo estão de acordo com os normativos que regulamentam o assunto.</p> <p>002 - Verificar em todos os pagamentos efetuados à Empresa Engeprom a adequabilidade da base de cálculo utilizada para incidência da contribuição destinada à seguridade social e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN. Caso haja divergência entre o ato praticado pela contratada e os previstos na IN RFB nº 971/2009 e na Lei Complementar nº 116/2003, adotar providências para o seu ajuste aos termos desses normativos.</p>
<b>Justificativas da unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal	
<b>Justificativas para o não atendimento</b>	
Não foi possível implantar procedimento interno para viabilizar o cumprimento da recomendação nº 02 tendo em vista que o questionamento efetuado a empresa somente foi respondido em março/2012, sendo que ainda estamos analisando a resposta para então preceder a verificação solicitada.	

**ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**

17.1) Outras informações consideradas relevantes pela UJ e dificuldades enfrentadas na gestão

O combate aos crimes cibernéticos foi aprimorado, com a criação de um grupo especializado voltados para esse fim no DPF, denominado Grupo de Repressão a Crimes Cibernéticos-GRCC. A criação oficial desse Grupo representa uma grande vitória para a Polícia Federal, pois irá permitir a especialização dos trabalhos e uma melhor capacitação dos policiais para o enfrentamento das organizações criminosas que se utilizam das novas tecnologias para ofender a sociedade e o Estado

brasileiro. A instituição se deu por meio da Portaria nº 2720/2011-DG/DPF, de 22 de novembro de 2011. O GRCC, a partir da publicação desta portaria, começa a fazer parte do organograma da Polícia Federal, o que representa uma clara decisão da instituição em fortalecer o combate aos crimes cibernéticos, conforme previsto no seu planejamento estratégico.

Os Grupos de Combate a Fraudes Eletrônicas, instituídos no projeto Tentáculos, foram automaticamente transformados no GRCC e vinculados diretamente ao Diretor de Combate ao Crime Organizado – DRCOR. Existente agora em 14 estados e no Distrito Federal (AM, MT, PE, RN, SP, MA, GO, MG, PR, RS, RJ, BA, PA, CE e DF), a implantação do Grupo nas demais SR's dependerá da proposta do Superintendente Regional ao Diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado. De janeiro a novembro de 2011, o grupo realizou 13 operações, que resultaram em dezenas de cumprimentos de mandados de prisão preventiva e busca e apreensão. Estas operações permitiram a redução das fraudes contra a Caixa Econômica em mais de 60%, o que representa R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) a menos nas mãos da criminalidade.

A tabela a seguir traz um resumo das operações realizadas pela SR/DF no exercício de 2011:

<b>Operação</b>	<b>Breve descrição</b>	<b>Delegacia responsável</b>
Anatel	Fechamento de Rádio Clandestina	DELEFAZ
Perfícia	Fraude TRT 10º Região	DELEFAZ
Sem denominação	Apreensão de 161 máquinas caça-níqueis	DELEFAZ
Apoio à Receita Federal	Apreensão Mercadoria Contrabandeada na Feira dos Importados	DELEFAZ
Sem denominação	Prisão em Flagrante de dois indivíduos que tentaram corromper policial federal	DELEFAZ
Operação Crédito Fácil	Apoio SR/ES	DELEFAZ
Voucher	Apoio SR/AP	DELEFAZ
Fim de Jogo II	Apoio SR/MG	DELEFAZ
DNIT		DELEFAZ
Balada Clandestina III	Fiscalização da atividade de segurança privada nas casas noturnas localizadas no Lago Sul, Asa Sul e Setor Comercial Norte : Lavratura de dois Autos de Constatação de Infração e um encerramento de um serviço orgânico clandestino.	DELESP
Game over II	Auxiliando a operação de repressão as casas de bingo no entorno do Distrito Federal, a DELESP efetuou fiscalização da atividade de segurança privada clandestina: não foi constatado nenhum serviço de segurança privada, durante a operação, mas foi prestado apoio no desenrolar da Operação.	DELESP
Condomínio Prive Morada Sul	Encerramento de atividade clandestina de Segurança Privada no citado Condomínio: resultou na apreensão de um veículo utilizado no trabalho clandestino no bojo do IPL n. 1021/2011-SR/DPF/DF.	DELESP

Op. Atacadão Base	Encerramento da atividade clandestina de Segurança Privada no Supermercado “Atacadão Base” em Águas Claras/DF: resultou na lavratura do TCO n. 04/2001.	DELESP
Operação Clã Destino	Realizada no mês de dezembro com apoio da CGCSP/DIREX para combate a atividade clandestina de segurança privada e fiscalização de instituições bancárias.	DELESP
DELEMAPH 4	Investigar grupo que atuava em esquema de parcelamento irregular do solo para fins urbanos em Vicente Pires. Encerrada após operação da Polícia Civil que prendeu grileiros e fiscais da AGEFIS.	DELEMAPH
KAREY	Apoio à Operação da SR/BA para prisão de quadrilha especializada em roubo a banco	DELEPAT
Operação Blondin	Repressão ao tráfico de drogas no DF e entorno	DRE
Operação Dâmocles	Repressão ao tráfico de drogas no DF e entorno	DRE
Operação Mercúrio	Repressão ao tráfico de drogas no DF e entorno	DRE
Operação Quimera	Repressão ao tráfico de drogas no DF e entorno	DRE
Operação Roquedal	Repressão ao tráfico de drogas no DF e entorno	DRE
Operação São Luis	Repressão ao tráfico de drogas no DF e entorno	DRE
Operação Unidade	Repressão ao tráfico de drogas no DF e entorno	DRE
Operação Sobrado	Repressão ao tráfico de drogas no DF e entorno	DRE
Operação Unidade	Repressão ao tráfico de drogas no DF e entorno	DRE
Empenho	-	DELEFIN

Diante dos dados apresentados acima e em consonância com a atual política de gestão da Direção-Geral do DPF, convém ainda fazer as considerações abaixo elencadas, com relação às atividades de polícia judiciária, polícia administrativa e demais atividades desenvolvidas:

### **POLÍCIA JUDICIÁRIA:**

Existe, ainda, um passivo pendente de instauração que é de 165 expedientes, aproximadamente. Este número, se comparado com passivos de períodos anteriores, pode ser considerado razoável, haja vista o permanente aporte de notícias crimes que chegam para análise mensalente.

Visando agilizar a instrução e conclusão dos procedimentos de polícia judiciária, providências foram tomadas, como a criação do GSI – Grupo de Saneamento de Inquiridos, mantendo-se dois Delegados exclusivamente com a finalidade de concluir os procedimentos, quando pertinente esta medida.

Criou-se também a CTI – Central de Intimações, que dinamizou os procedimentos de localização de pessoas, facilitando a instrução dos feitos.

Houve reorganização das Delegacias, com trocas de chefias. Paralelamente foram disponibilizados para os servidores cursos de aperfeiçoamento em áreas como procedimentos disciplinares e aprimoramento no manuseio de sistemas como o SISCART.

Efetivamente a SR/DF se desvinculou da atividade de custódia por meio da assinatura do Protocolo de Execução Operacional, celebrado entre a Diretoria do Sistema Penitenciário Federal e esta Superintendência, por decorrência do Acordo de Cooperação Técnica nº 7/2011, permanecendo apenas com as celas de passagem.

## POLÍCIA ADMINISTRATIVA

A DELEMIG, DELEARM e DELESP desta regional estão entre as mais importantes do país, como mostram os números apresentados. Na DELEARM, o número de processos e o quantitativo de atendimento ao público vêm crescendo consideravelmente, o que vai demandar reestruturação física e de pessoal dessas áreas. A DELEARM/SR/DF realizou em 2011 as atividades relacionadas a registros de pessoas físicas e de pessoas jurídicas - de aquisição, transferência, transferência entre os sistemas SINARM e SIGMA e vice-versa, renovação, cassação, Portes – requerimento e cassação, campanha nacional do desarmamento, credenciamento de psicólogos, instrutores de armamento e tiro e armeiros, serviços administrativos como a prestação de informações, participação na Delegacia de Dia e no NSD.

Os quadros a seguir demonstram a atuação de cada delegacia responsável.

### Atuação da DELEMIG – Delegacia de Polícia de Imigração

	Prisão Preventiva	Prisão Temporária	Prisão em Flagrante	Apreensões	Emissão de Carteiras de Estrang	Deportações	Expulsões	Repatriações	Extradições	Passaportes Expedidos	Entrada de brasileiros	Saída de Brasileiros	Entrada de estrangeiros	Saída de estrangeiros	Desembarque condicional	Translado de cadáveres
jan/2011	0	0	1	1	73	0	1	1		5.681	17.639	15.219	4.806	5.214	0	0
fev/2011	0	0	5	4	95	0	0	0	0	6.723	22.798	10.228	4.509	3.811	0	2
mar/2011	0	0	1	1	140	0	1	4	0	6.533	13.633	12.269	5.076	4.577	1	2
abr/2011	0	0	2	2	166	0	0	11	0	7.325	13.206	14.223	4.422	4.044	0	3
mai/2011	0	0	4	3	144	0	0	4	0	9.147	15.287	13.649	4.761	4.086	0	3
jun/2011	0	0	1	1	153	0	0	8	0	9.842	14.921	15.767	4.942	4.910	0	0
jul/2011	0	0	2	2	128	0	0	1	0	9.978	21.461	21.508	5.526	5.560	0	2
ago/2011	0	0	2	2	140	0	0	2	0	9.173	17.968	17.441	5.833	5.621	0	0
set/2011	0	0	9	8	170	0	1	0	0	8.122	18.097	19.023	4.791	4.590	0	0
out/2011	2	0	1	1	98	0	0	2	0	7.215	19.312	17.716	4.879	4.696	0	2
nov/2011	0	0	2	3	204	0	0	0	0	6.704	15.622	13.051	5.744	4.878	0	1
dez/2011	0	0	0	0	112	0	0	0	0	5.655	11.339	12.130	3.741	3.738	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>28</b>	<b>1623</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>33</b>	<b>0</b>	<b>92.098</b>	<b>201.283</b>	<b>182.224</b>	<b>59.030</b>	<b>55.725</b>	<b>1</b>	<b>16</b>



## Atuação da DELESP - Delegacia de Controle de Segurança Privada

ATIVIDADES		
TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	Certificados emitidos (cursos de formação)	11.326
	Registro de cursos de Reciclagem	14.206
	Registro de cursos de Extensão	4.159
	Carteira Nacional de Vigilante	6.585
	Atendimento ao público	10.372
	Atendimento telefônico Secretária/NO	4.182
	Registros de 2ª via de diplomas/declarações de reciclagem das academias ativas e pendências diversas	3.118
	Declarações dos cursos de formação de academias extintas	247
	Processos de análise de pendências de vigilantes (pendências judiciais, documentais, médicas e psicológicas)	523
	Vistoria em instalações bancárias	635
	Vistoria em empresas especializadas	82
	Emissão de Portarias Bancárias	598
	Ofícios emitidos (não incluídos os de IPLs)	1.974
	Memorandos emitidos (não incluídos os de IPLs)	260
	Pareceres de encerramento emitidos	46
	Notificações	121
	Autos de constatação de infração	146
	Processos registro de aquisição de armas e munições GESP	48
	Expedição de certificados de segurança GESP	67
	Processo de solicitação de armas GESP	77
	Processo de cadastramento GESP	04
	Informações prestadas em Mandados de segurança	46
	Guias de transporte de armas e munições	209
Certificados de Vistoria	104	
Outros Procedimentos Administrativos	34	

## Atuação da DELEARM - Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas

ANO DE 2011	Portes Deferidos	Portes indeferidos	Registros emitidos	Cadastramento de armas	Armas Apreendidas	Armas furtadas	Armas apostiladas no Exército	Armas recuperadas	Armas encaminhadas ao SFPC	Armas transferidas	Autorizações de Compra e Transporte	Campanha de desarmamento
janeiro	5	7	1439	1638	512	14	2	1	0	22	31	10
Fevereiro	7	13	2535	3466	1433	26	31	6	0	29	90	4
março	6	5	1320	1565	373	23	14	6	0	72	111	7
abril	4	18	1250	970	107	16	10	5	1	16	106	12
maio	3	13	2410	1905	154	34	7	8	2	26	151	98
junho	5	12	1693	1068	124	67	12	7	12	6	91	151
julho	2	5	1586	1113	137	55	4	4	9	26	127	120
agosto	3	7	1568	1685	200	110	7	6	83	9	111	55
setembro	4	10	393	150	169	63	8	1	796	8	36	81
outubro	0	6	1438	1276	63	39	8	1	7	26	102	69
novembro	3	3	1269	1102	127	43	4	5	6	3	82	49
dezembro	5	2	413	617	86	17	2	0	8	5	52	67
<b>TOTAL</b>	<b>47</b>	<b>101</b>	<b>17314</b>	<b>16555</b>	<b>3485</b>	<b>507</b>	<b>109</b>	<b>50</b>	<b>924</b>	<b>248</b>	<b>1090</b>	<b>723</b>

### CORREGEDORIA

Dentre as atividades desenvolvidas pela Corregedoria Regional no ano de 2011, destacaram-se:

- 994 (novecentos e noventa e quatro) Cartas Precatórias cumpridas, sendo que todas as 220 (duzentos e vinte) pendentes de cumprimento foram registradas em 2011, sendo 185 (cento e oitenta e cinco) no segundo semestre;

- 2.077 (dois mil e setenta e sete) notícias-crime cadastradas e com parecer, sendo que destas 1.331 (mil trezentos e trinta e um) tiveram parecer favorável para instauração de inquérito policial;

- 24 (vinte e quatro) PAD's abertos em 2011, sendo 12 (doze) instaurados e 12 (doze) reabertos, estando em funcionamento na SR 02 (duas) Comissões Permanentes de Disciplina;

- 194 (cento e noventa e quatro) pareceres expedidos pelo NUCOR, todos dizendo respeito à atribuição da SR/DPF/DF em apurar determinado crime;

- 1.470 (mil quatrocentos e setenta) inquéritos policiais correicionados ordinariamente, perfazendo um total de 44% (quarenta e quatro por cento) da carga em andamento da Superintendência. O número de inquéritos correicionados parcialmente está baixo tendo em vista tratar-se apenas de instaurações por flagrante, sendo que em 12/12/2011 tiveram início as correições parciais nos inquéritos relatados, e a previsão para o ano de 2012 é de correições parciais, além dos relatados, daqueles enviados para o MPF com pedido de prazo (nesse caso, por amostragem).

## **SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO - SETEC**

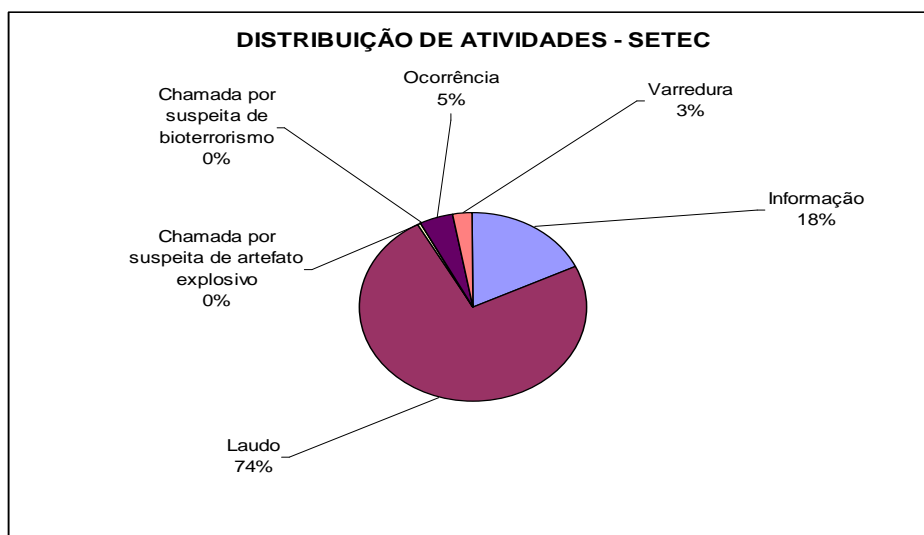
Dentre os indicadores de produção, um dos mais importantes é o número de laudos elaborados, tendo em vista ser o mais representativo da atividade precípua do segmento Técnico-Científico, qual seja: a elaboração de exames periciais. Nesse contexto, convém detalhar a produção de laudos do Setor Técnico-Científico (SETEC), pois reflete, de forma consistente, a produção dos trabalhos desenvolvidos pelas delegacias, já que a ele são destinados os produtos oriundos de apreensões em operações e missões realizadas no âmbito da SR/DPF/DF.

No ano de 2011, foram registrados resultados expressivos, mensurados por dados estatísticos e participações relevantes do SETEC, sendo elaborados no somatório global 1.420 Laudos Periciais Criminais e 347 Informações Técnicas. Com relação ao número de requisições periciais pendentes de atendimento houve um decréscimo de 31,4% passando de 140 ao final de 2010 para 96 ao final de 2011.

Adiante, seguem quadros com o quantitativo de Laudos Periciais elaborados no âmbito desta Unidade Jurisdicionada.

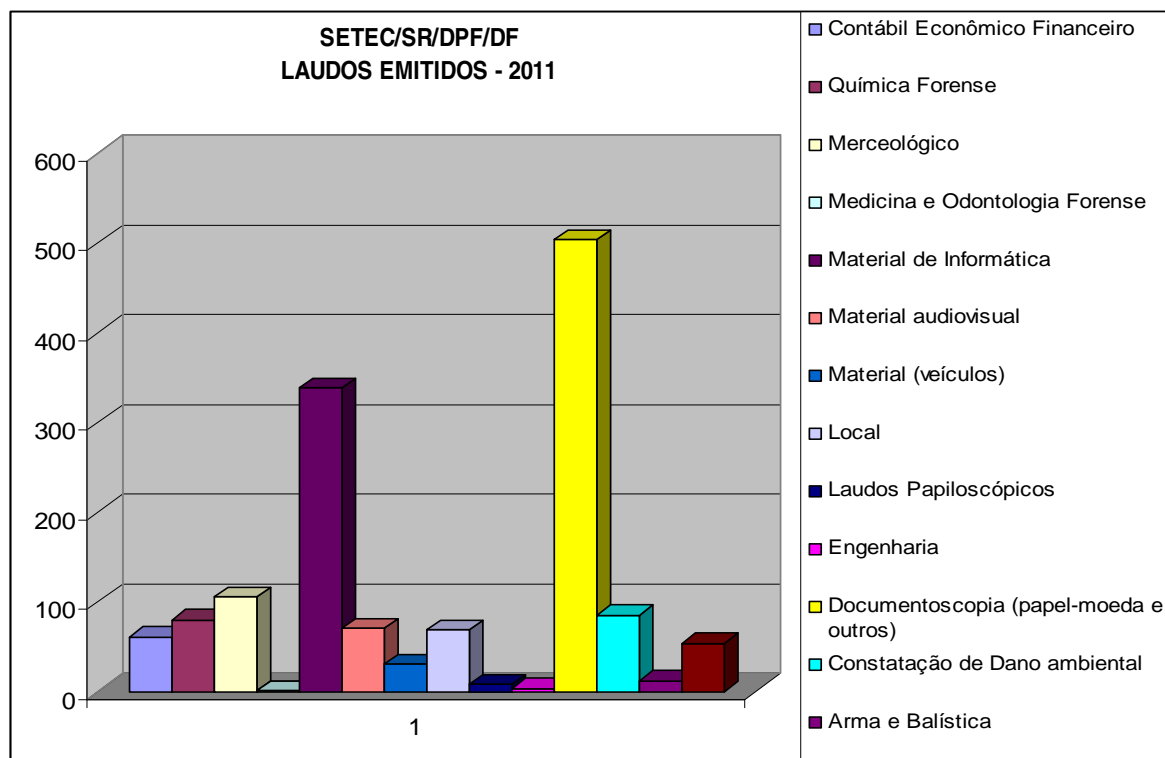
<b>ATIVIDADES</b>		
<b>TIPO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>TÉCNICO-ADMINISTRATIVA</b>	Informação	347
	Laudo	1420
	<b>TOTAL</b>	<b>1767</b>
<b>POLICIAL</b>	Chamada por suspeita de artefato explosivo	08
	Chamada por suspeita de bioterrorismo	00
	Ocorrência	90
	Varredura	56
	<b>TOTAL</b>	<b>154</b>

Fonte: Sistema Criminalística



TIPO DE LAUDO	QUANTIDADE
	2011
Contábil Econômico Financeiro	61
Arma e Balística	12
Documentoscopia (papel-moeda e outros)	504
Merceológico	105
Química Forense	80
Medicina e Odontologia Forense	1
Engenharia	3
Aparelhos eletroeletrônicos	54
Local	69
Material de Informática	338
Material audiovisual	70
Constatação de Dano ambiental	85
Material (veículos)	30
Laudos Papiloscópicos	8
<b>TOTAL</b>	<b>1420</b>

Fonte: Sistema Criminalística



## NÚCLEO DE SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS - NSD

A atividade desenvolvida por este Núcleo de Segurança de Dignitários possui características específicas, para atender quando solicitado, órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de coordenar e ou apoiar realizações de eventos de grande ou pequeno porte.

Compete ao NSD, dar proteção física às autoridades estrangeiras (Chefes de Estado, Chefes de Governo ou de outras autoridades que Possuem algum grau de risco) quando solicitado pelo Ministério de Relações Exteriores à Polícia Federal.

É atribuição ainda desse Núcleo, a proteção física de Ministros de Estado, Senadores, Deputados, Juízes, Procuradores e outras autoridades, quando solicitadas ao Ministério da Justiça e ou quando determinadas pelo DPF. Durante o ano de 2011 foram realizadas 87 (oitenta e sete) missões de proteção a dignitário, conforme tabela em anexo.

## SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

No desenvolvimento de suas atividades no ano 2011, o SELOG, em constante busca da melhoria de suas atividades deu continuidade às ações de gestão e controle de contratos. Uma

dessas medidas foi a realização de licitação para nova contratação de serviços de limpeza e conservação de nossa unidade.

Ao final do processo foi possível à SR/DPF/DF, promover a adequação dos serviços às demandas atuais, pois o antigo contrato, apesar de suportar prorrogação por pelo menos mais 01 (um) ano, não estava de acordo com a regulamentação em vigor, especialmente à IN 02/2008, pois a licitação havia sido realizada em 2007.

Tal fato nos proporcionou, em um contrato novo com melhorias, especialmente no sentido de deixarmos a sua execução refletindo a realidade, como por exemplo, a previsão no contrato, de 02 (dois) postos de lavadores de veículos, que não havia no contrato antigo. Além da nova formatação do contrato, o valor contratado também diminuiu de R\$ 45.430,41 para R\$ 38.664,59 por mês, o que ao final de 12 meses nos proporcionará uma economia total de aproximadamente R\$ 80.000,00.

Já no primeiro semestre de 2011, pudemos verificar que a incorporação da central telefônica da SR/DF à central da CTI, que já atendia a todas as unidades do DPF sediadas no Distrito Federal, no proporcionou uma economia considerável visto que no período de janeiro a julho de 2010, a título de gastos com telefonia, a SR/DF executou R\$ 235.243,75 e para o mesmo período de 2011 executamos R\$ 174.153,68, uma economia de aproximadamente 26%.

No desenvolvimento das atividades, especialmente no segundo semestre, foram realizadas ações voltadas ao saneamento e efetivo controle de bens móveis permanentes pertencentes ao acervo patrimonial, assim como para materiais de consumo e expediente existentes no almoxarifado desta unidade.

Para tais ações foram constituídas duas comissões:

Comissão de Levantamento, Avaliação e Desfazimento de Materiais Permanentes, instituída pela Portaria nº 101/2011-GAB/SR/DPF/DF, que em trabalho ininterrupto trabalhou para a regularização dos bens e especialmente sua inclusão no novo sistema de gerenciamento da área de logística e administração do DPF, o sistema e-log, módulo patrimônio.

Comissão de Inventário e Catalogação de Materiais de Consumo e de Expediente, constituída pela Portaria nº 142/2011-GAB/SR/DPF/DF, que trabalhou para o saneamento de todo o almoxarifado desta SR/DPF/DF, de modo que o estoque de material de consumo e expediente pudesse ser efetivamente incluído no módulo almoxarifado do sistema e-log, de modo que a partir do primeiro dia útil de 2012, qualquer solicitação de material de consumo e/ou expediente somente poderá ser realizada por intermédio do sistema, o que proporcionará melhor controle e agilidade nos processos de aquisição, controle e entrega desses materiais, aumentando consideravelmente a eficiência e eficácia no controle desses materiais, possibilitando ferramenta de gestão de estoque, e por consequência melhorias na qualidade do gasto com aquisições por parte desta SR/DF.

Outra ação efetivada da SR/DF foi a elaboração e publicação no Aditamento Semanal nº 35/2011 de 02 de Setembro de 2011, da Portaria nº 91/2011-GAB/SR/DPF/DF, que instituiu, no

âmbito desta unidade, o MANUAL DE NORMAS ADMINISTRATIVAS PARA AQUISIÇÕES E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS, que é ferramenta importante no aperfeiçoamento e melhoria dos controles internos dos atos administrativos voltados a aquisições/contratações de materiais e serviços.

O manual presta-se especialmente a prover aos servidores da SR/DPF/DF, informações e orientações sobre procedimentos necessários e indispensáveis para a preparação de processos de aquisições e especialmente para fiscalização de contratos que envolvem mão-de-obra terceirizada, onde a atuação na fiscalização desses instrumentos é fundamental para a preservação dos interesses e recursos públicos despendidos nas contratações.

## ITEM 17 DA PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

### B.1. Declaração do Contador Responsável



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ): <b>SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO DF – SR/DF/DPF</b>	Código da UG: <b>200338 - 200339</b>
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b>, em relação à UG 200338, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li><li>- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</li><li>- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li></ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 13/02/2012
Contador Responsável: <b>GLADSTON GUIMARÃES NAVES</b>	CRC nº DF-12534/O-8



## **SEÇÃO IV**

### **RESULTADOS E CONCLUSÕES**

As restrições e limitações encontradas para o desenvolvimento das atividades consistiram basicamente na escassez crônica de recursos humanos - principalmente nas atividades de apoio - e de recursos financeiros.

Foram enfrentadas dificuldades quanto aos limites orçamentários impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da Unidade Jurisdicionada. Ações, junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Superintendência. Estratégias decorrentes também tiveram que ser adotadas em virtude de mudança de cenários durante a execução das ações, como consequência de outros problemas, como a crise econômica em alguns países da Europa, que acarretaram em diretrizes para contenção de gastos governamentais.

As soluções encontradas pela SR/DPF/DF para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das suas missões, tanto na atividade-fim, quanto na atividade-meio, consistiram na racionalização e na definição de prioridades dentro da gestão. Com o crescente aumento da demanda de trabalho de responsabilidade da Polícia Federal, ainda há necessidade de aumento do efetivo de policiais e, principalmente, de servidores administrativos.

Diante do exposto no presente Relatório, pode-se concluir que a SR/DPF/DF atuou, no exercício de 2011, em consonância aos objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública federal, atingindo a finalidade propugnada para o programa de governo 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade e demais Programas executados.

**SILVANA HELENA VIEIRA BORGES**

Delegada de Polícia Federal

Superintendente Regional

SR/DPF/DF